

O DNA norte-americano do Estado Islâmico

Reis Friede*

Introdução

É quase impossível não correlacionar a desastrosa política externa norte-americana (e suas correspondentes intervenções político-militares) no Oriente Médio e na Ásia com o fortalecimento do fundamentalismo religioso de feição islâmica.¹

*“A Al-Qaeda não é resultado de nossas atividades. É o resultado das atividades de nossos amigos norte-americanos. Tudo começou durante a guerra dos soviéticos no Afeganistão, quando os agentes do serviço de inteligência norte-americano forneceram apoio às diferentes tendências do fundamentalismo islâmico, ajudando-as a lutar contra as tropas soviéticas no Afeganistão. Assim, foram os norte-americanos que fomentaram a Al-Qaeda e BIN LADEN.” (VLADIMIR PUTIN; Oliver Stone: *As Entrevistas de Putin*, Rio de Janeiro, Ed. Best Seller, 2017, p. 50)*

As pretéritas intervenções britânicas na região sempre levaram em conta, como regra, a necessidade de contenção do fundamentalismo religioso nas nações de natureza teocrática, razão pela qual - na completa impossibilidade de transformação destas nações em democracias liberais - o Reino Unido sempre procurou estabelecer regimes autoritários seculares.

“O Islã, conforme definiu MAX WEBER, era uma ‘*Kampfreligion*’, uma religião de luta, que nasceu em uma comunidade carismática de guerreiros, sob o comando de MUHAMMAD, um ‘profeta guerreiro’, e de seus companheiros. (MAX WEBER, 1964, ps. 899-901) MAX WEBER não estava errado na sua avaliação, apesar de certa simplificação de seu raciocínio, muito criticada por alguns acadêmicos.” (IRA M. LAPIDUS; *The Institutionalization of Early Islamic Societies in* TOBY E. HUFF e WOLFGANG SCHLUCHTER; *Max Weber & Islam*, New Brunswick (USA) / Londres (UK), Transaction Publishers, 1999, ps. 13 – 151. BRYAN S. TURNER; *Weber and Islam*, Londres / Boston, Routledge & Kegan Paul, 1974, ps. 14, 39-55, 172-173)

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e, particularmente, a Guerra Fria (1947-1991), entretanto, alteraram profundamente a percepção ocidental frente à gravidade das ameaças do radicalismo islâmico, especialmente no contexto do desafio (supostamente maior) do comunismo soviético.

Nesse sentido, ZBIGNIEW BRZEZINSKI, assessor de segurança nacional de JIMMY CARTER (1976-1980), convenceu o governo norte-americano a abrir uma terceira frente de confrontação na seara da Guerra Fria, com fulcro na concepção de HÉLÈNE CARRÈRE D’ENCAUSSE (*L’Empire éclaté*; Carrère D’Encausse, 1978, p.

* Desembargador Federal, Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (biênio 2019/21), Professor Emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Professor *Honoris Causa* da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR) e Professor Emérito da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército (EsAO).

282), que previa a desintegração da União Soviética como consequência de revoltas das populações islâmicas nas suas repúblicas asiáticas (Armênia, Azerbaijão, Cazaquistão e Chechênia), construindo uma nova linha de contenção, no contexto da doutrina de construção de alianças nas cercanias da União Soviética, desenvolvida por GEORGE KENNAN.²

“ZBIGNIEW BRZEZINSKI, em 1979, interpretava que a revolução fundamentalista no Irã, a instituição da lei Islâmica (*Shari'ah*) pelo presidente MUHAMMAD ZIA-UL-HAQ (1979), no Paquistão, e outros fenômenos similares indicavam o despertar generalizado de uma consciência mais *autoassertiva*, baseada na etnicidade e nos princípios do *Qur'na*, e induziu o presidente JIMMY CARTER, do qual era assessor de Segurança Nacional, a abrir um terceiro *front* na Guerra Fria, levando contra Moscou os povos islâmicos da Ásia Central, no *Heartland* da Eurásia, com o fito de fraturar a (integridade político-territorial da) União Soviética.” (LUIZ ALBERTO MONIZ BANDEIRA; *A Segunda Guerra Fria: Geopolítica e Dimensão Estratégica dos Estados Unidos*, 3ª ed., Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2017)

Destarte, este representou, em última análise, a introdução do denominado *cinturão verde* (em alusão à cor do islã), com o nítido propósito de impedir o avanço dos soviéticos em direção às águas quentes, junto do Golfo Pérsico e do correspondente controle (ainda que parcial) do fluxo de petróleo para o Ocidente.

“A ideia de que o ‘fanatismo islâmico’ podia ser excitado contra a ortodoxia russa não era inteiramente nova. Constava nos *bulletins* da *Grande Armée* e no manifesto de 1806, de NAPOLEÃO BONAPARTE, traduzido pelo filólogo francês professor ANTOINE ISAAC, BARON SILVESTRE DE SACY (1758-1838), especializado

em vários idiomas, sobretudo o árabe, quando trabalhava para o Ministério dos Assuntos Estrangeiros da França, entre 1805 e 1811.

BRZEZINSKI, porém, acreditava que a guerra santa (*Jihad*) contra os soviéticos no Afeganistão, a revolução fundamentalista no Irã, o forte apoio aos *mujahidins* afegãos e a instituição da lei islâmica (*Shari'ah*), no Paquistão, pelo presidente MUHAMMAD ZIA-UL-HAQ (1979) – todos esses fenômenos similares –, refletiam o despertar generalizado de uma orientação mais autoassertiva, baseada na etnicidade e na fé islâmica, razão pela qual os Estados Unidos ‘*can accelerate this alliance of hostility*’ com grande intensidade através de transmissões de rádio para a Ásia Central, na União Soviética, onde viviam aproximadamente 50 milhões de muçulmanos e de onde o Islã não fora extirpado.” (LUIZ ALBERTO MONIZ BANDEIRA; *A Segunda Guerra Fria: Geopolítica e Dimensão Estratégica dos Estados Unidos*, 3ª ed., Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2017, ps. 33-34)

O governo JIMMY CARTER (1977-1981) foi, desta feita, absolutamente simpático à ideia que, introduzida em sua administração, mais tarde, acabou por ser ampliada por seu sucessor, RONALD REAGAN (1981-1989).

“Os EUA podem e devem acelerar um conjunto de hostilidades (e rebeliões) islâmicas contra os soviéticos.” (ZBIGNIEW BRZEZINSKI; *Power and Principle - Memoirs of the National Security Adviser (1977-1981)*, New York: Farrar, Straus and Giroux, 1983, p. 226)

Gênese do Estado Islâmico e afinidades entre os EUA e o EI

Embora bastasse olhar as *faces exteriorizantes* de ambos *entes globais* para perceber a incontestante *semelhança física*, um rápido exame de DNA não deixa dúvidas: o Estado Islâmico (EI) é fruto de relações incestuosas dos Estados Unidos; ou,

mais precisamente, das políticas irresponsáveis de seus pretensos líderes, que apenas se qualificam, em muitos casos, como governantes despreparados para um cargo cuja importância transborda as fronteiras nacionais norte-americanas.³

“As intervenções militares realizadas no Afeganistão (2001) e no Iraque (2003) pelo governo do presidente GEORGE W. BUSH concorreram para desestabilizar toda a região e fertilizaram o campo para o florescimento e a expansão do terrorismo, em meio ao caos econômico, social e político. A entidade celebriza como Al-Qaeda descentralizou-se ainda mais, multiplicou-se, com a formação de diversas associações assimétricas, entre as quais a Al-Qaeda na Península Árabe, Al Qaeda no Magreb Islâmico, Jabhat al-Nusrah, Boko Haram, Ansar al-Shari’ah, Somália al-Shabaad, Egyptian Islamic Jihad, etc. Essas associações e outras construíram uma vasta rede multinacional de *franchises*, com mais amplo alcance, de modo horizontal, não centralizado, *i.e.*, sob o comando de emires regionais, responsáveis pela *Jihad* contra os infiéis (tanto as forças ocidentais e os cristãos quanto os xiitas e outras seitas islâmicas não sunitas), conectando diversos grupos radicais dos movimentos islâmicos no Afeganistão, no Iraque, na Síria, no Sudão, na Somália, na Nigéria, etc.” (ABDEL BARI ATWAN; *After Bin Laden: Al-Qa’ida, The Next Generation*, SAQI, 10/09/2012)

Se a *Al Qaeda* é filha biológica da irrefletida intervenção estadunidense na Guerra (da era soviética) do Afeganistão (1979-1989) - alimentada particularmente pela permanência das tropas ianques, especialmente na Arábia Saudita e após a Guerra do Golfo (1991) - o EI (ou ISIS, sua sigla em inglês)⁴ é, no mínimo, produto da desastrosa aventura militar americana no Iraque, e, em partes, *filho adotivo* do irresponsável apoio às ações europeias de desintegração de países,

outrora estáveis, do Oriente Médio, sob uma romântica roupagem de ‘*Primavera Árabe*’, como se *autoritarismos seculares* pudessem ser mágica e instantaneamente substituídos por *democracias liberais*, ao arrepio de culturas milenares e de complexas heranças geopolíticas.

“A coisa mais deplorável é a tentativa de mudar regimes naquela parte do mundo (Oriente Médio), na expectativa de que, no dia seguinte, tudo se ajeite e que a democracia ao estilo norte-americano se estabeleça. Mas isso é impossível. Estamos testemunhando o que está acontecendo naquela região neste momento. De onde veio o Estado Islâmico? Nunca existiram terroristas ali antes. E, agora, eles têm uma cabeça de ponte naquela região e controlam dois terços do território iraquiano. E o mesmo vem acontecendo na Síria.” (VLADIMIR PUTIN, em entrevista a OLIVER STONE; *As Entrevistas de Putin*, 1. ed., Rio de Janeiro: BestSeller, 2017, p. 48)

Esse é, a propósito, o principal problema político nas relações bilaterais EUA-Rússia, sob a ótica desta segunda nação que, ao arrepio de muitas iniciativas no sentido de uma aproximação, vem, ao reverso, ampliando o “fosso” existente entre os interesses geopolíticos de ambas, situação ainda ampliada pela crescente atuação chinesa, de caráter disruptivo, nas relações internacionais.

“O relacionamento (da Rússia com os EUA) esfriou porque os Estados Unidos apoiaram grupos terroristas no Cáucaso. Isso sempre foi um problema em nossas relações bilaterais. (...) Depois, nossas relações esfriaram ainda mais, *por causa da invasão do Iraque* (2003) (...)”

Houve outras questões que também nos preocuparam. Por exemplo, *a saída unilateral dos Estados Unidos do Tratado de Mísseis Antibalísticos (ABM)*.” (VLADIMIR PUTIN; Oliver Stone: *As Entrevistas de Putin*, Rio de Janeiro, Ed. Best Seller, 2017, p. 74)

Gênese do terrorismo Jihadista

Ainda que não seja absolutamente correto afirmar que o nascimento do *terrorismo Jihadista* (islamismo radical)⁵ remonte ao final da década de 1970, posto ter origens muito mais distantes temporalmente, é fato que o ano de 1979 foi, particularmente, marcante no cenário internacional em decorrência de *iniciativas comissivas* (ou mesmo *omissivas*) por parte dos EUA.

No dia 1^o de fevereiro, eclodiu a Revolução Iraniana, à luz da *negligência omissiva* de JIMMY CARTER. Em novembro, a Grande Mesquita em Meca foi assaltada por um grupo radical islâmico. Por fim, em dezembro, o Exército Vermelho invadiu o Afeganistão. As consequências das desastrosas políticas estadunidenses, que em muitos aspectos permitiram estes acontecimentos, ainda hoje se fazem sentir na geopolítica mundial.

Segundo ensinamentos de JOÃO MARQUES DE ALMEIDA (1979: *O Ano que Nasceu a Al-Qaeda*; Instituto Português de Relações Internacionais; 2004), “o ano de 1979 começou com o fim do reinado do Xá REZA PAHLAVI e com a conquista do poder no Irã pelo Aiatolá KHOMEINI. A criação da República Islâmica na antiga Pérsia teve um significado elevado para o Islã. Apesar da Revolução ter sido feita por um movimento xiita, a maioria dos muçulmanos percebeu que o islamismo político tinha real capacidade para chegar ao poder. Com o descrédito sofrido pelo nacionalismo árabe durante a década de 1970, as sociedades muçulmanas assistiram, gradualmente, à substituição do *pan-arabismo* pelo *pan-islamismo* como ideologia política de massas. Neste sentido, imediatamente após ter tomado o poder, KHOMEINI apelou à revolução islâmica. O novo Irã abria assim o caminho para a ‘Pax Islâmica’. Simultaneamente, o confronto com o ‘Grande Satã’

norte-americano acentuava-se, como demonstraram o assalto à Embaixada dos Estados Unidos em Teerã, em novembro de 1979, e a crise dos reféns que se seguiu. A Revolução Iraniana confirmava dois dos pontos centrais dos fundadores do islamismo radical. O poder tinha de ser conquistado através da revolução e os Estados Unidos, na sua condição de líder do mundo ocidental, eram o inimigo principal do Islã”.

“A *galvanização provocada pela revolução islâmica no Irã* sentiu-se, ainda em 1979, na Arábia Saudita. No dia 20 de novembro, cerca de duzentos militantes islâmicos armados ocuparam a Grande Mesquita de Meca como forma de protesto contra a corrupção interna e a política saudita de alinhamento automático com os americanos. Apesar de ter enfrentado uma forte resistência, o exército do reino acabou por derrotar os assaltantes. Todavia, e com algum espanto, o mundo ficou sabendo da existência de uma oposição islâmica na Arábia Saudita, como de resto se tem confirmado nos últimos tempos. No entanto, o acontecimento mais significativo para o futuro do islamismo radical não foi nem a Revolução Iraniana, nem a crise saudita. O momento crucial ocorreu no fim do ano, no Afeganistão. Aparentemente, quando ocuparam a Rádio Kabul na noite de 27 de dezembro de 1979, os paraquedistas soviéticos afirmaram o seguinte: ‘viemos para salvar a revolução’. Em vez de salvarem a revolução socialista, plantaram as raízes para a emergência de uma ‘revolução islâmica’. À semelhança do que tinha acontecido na Hungria, em 1956, e na Tchecoslováquia, em 1968, a intervenção da União Soviética no Afeganistão visava consolidar as conquistas da revolução socialista de abril de 1978. Desde o Verão desse ano, a oposição ao regime socialista recorria à violência para combater o governo afegão. A resistência fundava no Islã a sua legitimidade política e os atos de violência eram vistos como o início da ‘*Jihad*’ contra um governo apoiado por uma potência vizinha ‘infiel’

que, além do mais, tinha enviado as suas tropas para o Afeganistão. Historicamente, a religião sempre teve uma importância central na sociedade afegã. Num país com várias identidades étnicas e culturais, e onde o Estado é uma realidade distante para a maioria da população, a religião muçulmana constitui o fator de união. Convém, no entanto, distinguir o conservadorismo religioso, com claros traços fundamentalistas, e próprio de uma sociedade bastante tradicional, do radicalismo islâmico.

No Afeganistão, o Islã esteve sempre associado a uma organização tribal da sociedade e serviu como fator de unidade nacional e de resistência à expansão dos impérios vizinhos, principalmente o russo e o britânico. Faltava-lhe, contudo, os traços modernos que definem o islamismo radical: um projeto revolucionário, uma concepção totalitária do Estado e uma visão de unidade islâmica transnacional. Até os anos 70, a sociedade afegã não era suficientemente moderna para poder gerar um movimento político islâmico. A modernização dos anos 70 e 80, juntamente com a radicalização provocada pela invasão soviética, contribuíram de um modo decisivo para a emergência do radicalismo islâmico no país. Embora necessários, estes processos foram insuficientes. Precisaram de ajudas externas.

Nesse sentido, é correto afirmar que, em larga medida, o radicalismo religioso chegou ao Afeganistão com a vinda dos combatentes islâmicos de todo o mundo muçulmano, especialmente dos países árabes. Até meados dos anos 1980, a ajuda externa era quase exclusivamente financeira. A partir de 1984, começaram a chegar voluntários de todo o mundo muçulmano para ajudarem a causa afegã. Foi assim que a '*Jihad*' contra o invasor soviético se transformou na grande causa do movimento radical islâmico, contribuindo para a sua mobilização política. Aliás, deve notar-se que o apelo à '*Jihad*', fora do Afeganistão, foi feito por grupos radicais islâmicos e não por Estados muçulmanos. Na segunda metade da década de 1980, a

causa afegã suplantou mesmo a causa palestina. Calcula-se que entre 1982 e 1992, cerca de 35 mil combatentes islâmicos de todo o mundo estiveram na guerra do Afeganistão. Estas brigadas islâmicas internacionais, ou '*Jihadistas*', receberam a ajuda dos serviços de informação do Paquistão e das organizações islâmicas paquistanesas, nomeadamente o *Jamaat-e-Islami* de Mawdudi e as *Madrassas* (com amplo e irrestrito apoio norte-americano).” (JOÃO MARQUES DE ALMEIDA; 1979: *O Ano que Nasceu a Al-Qaeda*, Instituto de Relações Internacionais, 2004)

Muito embora o autor citado reduza a importância do protagonismo dos EUA no episódio, através do maciço apoio econômico e militar norte-americano aos chamados insurgentes, é fato que os governos JIMMY CARTER (que iniciou o processo) e RONALD REAGAN (que ampliou a participação estadunidense com foco em seu projeto de "*vencer a Guerra Fria*") foram os principais responsáveis pela radical transformação de pequenos e precários grupos, desprovidos de armamento e treinamento militar adequado (e com recursos econômicos muito aquém de suas necessidades), em verdadeiras *células terroristas* de grande poder combatente, capazes não somente de vencer o gigante militar soviético, obrigando a uma vergonhosa retirada de tropas em 1989 (repetindo, em certa medida, a humilhante derrota norte-americana do Vietnã em 1975), como bem assim a empreender ataques de grande envergadura, como o primeiro atentado às torres gêmeas em 1993.

“A CIA, com a colaboração do serviço de inteligência do Paquistão (ISI) e da Arábia Saudita, recrutou cerca de 100.000 ‘combatentes pela liberdade’ nos países islâmicos da África do Norte e do Oriente Médio para lutar contra os comunistas ateus, uma operação na qual o dinheiro do comércio de drogas desempenhou relevante

papel. A CIA virtualmente criou OSAMA BIN LADIN, um dos organizadores do recrutamento de *mujahidin*, instigou o fundamentalismo islâmico, refratário, em sua essência, à civilização capitalista, cujos costumes e produtos grande parte dos muçulmanos, embora seletiva ou secretamente os assimilasse e usasse, sempre percebeu como pecado, não permitidos pelos Sunna, pelo modo de vida e pelas tradições do Islã. Esse movimento, após a retirada das tropas soviéticas do Afeganistão, cresceu no Oriente Médio e na Ásia Central, regiões de maior importância econômica e estratégica para as potências industriais do Ocidente, devido às grandes jazidas de gás e petróleo lá existentes. E, manipulados política e culturalmente por serviços secretos estrangeiros (v.g. Arábia Saudita, Paquistão), movimentos islâmicos sunitas, de caráter fundamentalista, começaram a deflagrar diversos conflitos civis, a partir da dissolução da União Soviética (1991) no Tadjiquistão, Uzbequistão, Azerbaijão, na Tchetchênia e em outras repúblicas do Cáucaso.” (SHIREEN HUNTER; *Islam in Russia: The Politics of Identity and Security*. Nova York/Londres, M. E. Sharpe, 2004, ps. 328-330, 348-355).

Não obstante seja verdade que, à época, os EUA apoiaram todas as forças que combatiam os soviéticos, incluindo as que mais tarde deram origem à Aliança do Norte, adversária dos Talibãs e da Al-Qaeda na guerra civil afegã nos anos 90 - sendo também forçoso reconhecer que, no contexto da Guerra Fria e da estratégia de contenção à expansão soviética, fazia, para expressiva parcela dos estrategistas do Pentágono, todo o sentido apoiar os grupos que combatiam o Exército Vermelho no Afeganistão - é lícito, entretanto, afirmar, em tom de sublime advertência, que resta absolutamente conclusivo o fato de que os norte-americanos não anteciparam (como deveriam fazê-lo) a natureza da ameaça da Al-Qaeda e do radicalismo islâmico sunita, produzindo “artificialmente” um formidável

adversário que se reproduziu de forma surpreendente, quebrando todos os anteriores paradigmas em relação à natureza da guerra - forjando um novo terrorismo, de alcance global - passando a ser, em muitos sentidos, o principal inimigo dos EUA e convalidando-se como a maior ameaça à *democracia liberal* no século XXI.

“BILL CASEY, diretor da CIA no governo de RONALD REAGAN, fez um esforço especial (e isso está documentado) para instigar os muçulmanos no Cáucaso, na Ásia Central, contra a União Soviética. Seu plano era maior do que apenas derrotar a União Soviética no Afeganistão. Ele esperava uma mudança de regime na União Soviética.” (VLADIMIR PUTIN; Oliver Stone: *As Entrevistas de Putin*, Rio de Janeiro, Ed. Best Seller, 2017, p. 50)

Ao que tudo indica, os EUA repetiram o mesmo erro de *dosimetria* quanto à dimensão do apoio (armas, suporte logístico, treinamento e auxílio econômico) concedido historicamente a todos aqueles que - com objetivos próprios e muitas vezes inconfessáveis - aliaram-se, momentaneamente, à causa defendida pelos norte-americanos, seja no caso remoto da Segunda Guerra Mundial - em que a maciça ajuda estadunidense aos soviéticos (US\$ 1.078 bilhão, ou metade do montante que foi gasto com o Projeto Manhattan, incluindo o envio de 14.795 aviões, 7.056 tanques e 131.633 metralhadoras/fuzis), através do programa Lend-Lease,⁶ para vencer o adversário alemão não somente viabilizou um avanço das tropas russas muito além do que seria sensato permitir, como ainda se constituiu na base inicial da espetacular máquina de guerra que a URSS forjou contra o Ocidente durante a Guerra Fria - seja no caso mais atual dos grupos islâmicos radicais, e na própria criação e fortalecimento da Al-Qaeda em que, à época, os EUA chegaram,

inclusive, a fornecer modernos mísseis terra-ar *Stinger* (e seu correspondente treinamento de manuseio e de táticas de emprego), tecnologia e, fundamentalmente, treinamento com explosivos de alto poder destrutivo que transformou, na prática, grupos com restrito poder ofensivo em “combatentes do terrorismo global”.

O nascimento da Al-Qaeda

As origens da *Al-Qaeda*, como força de combate efetiva, remontam ao início da invasão soviética ao Afeganistão (1979-1989), ocasião em que vários *não-afegãos* e voluntários *árabes* se uniram a um movimento *concebido, liderado e financiado pelos Estados Unidos, com apoio do Paquistão*, contra o Exército Vermelho. OSAMA BIN LADEN, membro de uma abastada e proeminente família árabe-saudita, liderou um *grupo informal* que, gradualmente, se tornou uma grande *agência de levantamento de fundos e recrutamento* para a causa afegã. Este grupo canalizou combatentes islâmicos para o conflito, distribuiu dinheiro norte-americano e forneceu logística e recursos estadunidenses, para as forças de guerra e para os refugiados afegãos.

“Lamentavelmente, o princípio geral de alguns países é apoiar pessoas que possuem visões radicais, a fim de obter ajuda para combater aqueles que aparentemente, são seus inimigos. A questão e o maior problema é que fazer uma distinção entre tais pessoas é impossível. *Porque essas pessoas também evoluem e mudam. Elas se adaptam às condições, o que torna impossível entender quem está usando quem*: se os serviços de Inteligência dos Estados Unidos estão usando os radicais islâmicos (ou vice versa). *Os radicais entendem que os serviços de inteligência querem usá-los para lutar por seus próprios interesses, e ganham dinheiro, conseguem apoio, obtêm armas e, em seguida, desferem um golpe pesado contra seus benfeitores.* (...) (Isso aconteceu no passado e acontece no presente),

no apoio norte-americano aos chechênios e na Síria (...). *Em vez de tentar juntar forças para combater uma ameaça comum, alguém está, o tempo todo, procurando usar a situação para seu próprio benefício e seus interesses de curto prazo.* Porém, no final das contas, são eles os prejudicados por aqueles que apoiam. *Foi o que aconteceu na Líbia, quando o embaixador norte-americano morreu.*” (VLADIMIR PUTIN; Oliver Stone: *As Entrevistas de Putin*, Rio de Janeiro, Ed. Best Seller, 2017, ps. 53-54)

Segundo magistério de JOÃO MARQUES DE ALMEIDA (1979: *o Ano que Nasceu a Al-Qaeda*, Instituto Português de Relações Internacionais, 2004: www.ipri), BIN LADEN desempenhou papel crucial na formação da *Al-Qaeda*, *verbis*:

“O milionário saudita foi um dos que chegou ao Afeganistão para combater os soviéticos. A sua visão do mundo tinha sido profundamente influenciada pelo radicalismo islâmico dos membros da Irmandade Muçulmana egípcia e pelo pensamento de SAYYID QUTB, que se refugiaram no reino saudita após terem sido expulsos do Egito nos anos 60. Alguns deles, incluindo um irmão de QUTB, foram mesmo professores de BIN LADEN na Universidade. Sob uma aparente estabilidade, vivia-se uma atmosfera de radicalismo político e religiosos na Arábia Saudita, que culminou no assalto à Grande Mesquita de Meca. Estes meios radicais eram compostos por jovens universitários e com uma posição social privilegiada, à semelhança do que se passava com BIN LADEN. A invasão do Afeganistão levou a que muitos destes jovens sauditas, juntamente como os seus professores universitários, sentissem o apelo da ‘Jihad’ contra o infiel soviético. Em 1979, BIN LADEN deslocou-se aos campos de refugiados no Paquistão, iniciando a ajuda financeira (inicialmente com incipientes recursos próprios e, posteriormente, com fartos recursos norte-americanos) à resistência afegã. Em 1982, entrou finalmente no Afeganistão,

juntando-se aos 'mujahidin'. Quando, em 1984, regressou ao seu país, afirmou que tinha 'vivido mais em dois anos no Afeganistão do que poderia viver em cem anos noutra sítio qualquer'. Com o aumento da chegada dos combatentes muçulmanos dos países árabes, a partir de 1984, BIN LADEN montou campos de treinamento militar (utilizando-se de expressivos recursos estadunidenses) na fronteira do Paquistão com o Afeganistão, por onde passavam aqueles que ficaram conhecidos como os 'afegãos árabes'. Foi a partir deste momento que BIN LADEN plantou as raízes para o que viria a ser a Al-Qaeda. No mesmo ano, BIN LADEN conheceu o médico egípcio, AYMAN AL-ZAWAHIRI, membro da Irmandade Muçulmana, o qual tinha fugido da prisão no Egito, e foi um dos principais dirigentes da Al-Qaeda, sendo mesmo considerado o principal cérebro dos ataques do 11 de Setembro.

BIN LADEN e AL-ZAWAHIRI representam os dois padrões de árabes que se transformaram, durante a década de 80, nos 'soldados do Islã'. Por um lado, o filho de uma família milionária da Arábia Saudita, desiludido com o seu país e à procura de um rumo que acabasse com o vazio de uma vida abastada e fácil. Por outro, um intelectual com ideologias próprias. Milhares de jovens sauditas e de outras monarquias do Golfo seguiram os passos de BIN LADEN. Aliás, as idas para a 'guerra santa' no Afeganistão tornaram-se tão comuns que passaram a ser conhecidas como 'Jihad Tours'. Estas estadias contribuía para a radicalização dos jovens sauditas, integrando-os no movimento radical islâmico. O outro tipo de 'Jihadistas' era constituído por intelectuais e membros das profissões liberais dos países do Médio Oriente e do Magreb, muitos deles com passado político, normalmente associado à Irmandade Muçulmana. Quando os soviéticos se retiraram do Afeganistão, os membros das brigadas islâmicas internacionais tinham duas soluções: regressar para os seus países, onde iriam tentar fazer revoluções, como aconteceu na Argélia, no Egito e na Arábia

Saudita, ou então combater outras guerras de libertação em nome do Islã, como na Caxemira, na Chechênia ou na Bósnia. Quanto ao Afeganistão, um pouco mais moderno e muito mais radicalizado, após o fracasso da revolução socialista, o mesmo passou a ostentar condições de receber a revolução islâmica. A geração da ocupação soviética, educada nas Madrassas do Paquistão, onde aprendeu as lições do islamismo radical, iria finalmente criar uma República Islâmica em meados dos anos 90. Entretanto, o percurso do islamismo radical foi para outras terras.

Empolgado com a abertura soviética, com a queda do Muro de Berlim e com as revoluções democráticas da Europa Oriental, o Mundo Ocidental - e os Estados Unidos em particular - ignorou a importância de uma segunda data crucial para o islamismo radical: 1989. No Afeganistão, as tropas soviéticas retiravam-se esgotadas e humilhadas, e os combatentes islâmicos proclamavam vitória. Simultaneamente, o enfraquecimento da União Soviética abria caminho para o aumento do islamismo na Ásia Central. Na Palestina, o Movimento da Resistência Islâmica (Hamas) passava a liderar a Intifada. No Sudão, a Frente Islâmica Nacional, liderada por Hassan al-Turabi, conquistava o poder através de um golpe de estado. Na Argélia, a Frente de Saudação Islâmica ganhava as eleições regionais, as primeiras eleições livres desde a independência do país. Do Irã, KHO-MEINI, proclamava a 'fatwa', a declaração de morte, contra o britânico SALMAN RUSHDIE, o autor dos "Versos Satânicos". Dito de outro modo, em 1989, o 'Jihad' afegão derrotou uma das duas superpotências, um dos principais ideólogos do movimento islâmico internacional, TURABI, chegou ao poder através da revolução e o líder da Revolução iraniana expandiu as leis do Islã para a Europa ocidental. Em suma, um ano de vitórias e de expansão para o islamismo radical." (JOÃO MARQUES DE ALMEIDA; 1979: *O Ano que Nasceu a Al-Qaeda*, Instituto de Relações Internacionais, 2004)

É importante destacar que, após a retirada soviética do Afeganistão em 1989, vários veteranos da guerra desejaram voltar a lutar novas guerras pelas causas islâmicas. A invasão e ocupação do Kuwait pelo Iraque, em 1990, levou o governo estadunidense a decidir enviar suas tropas, em coligação com a Arábia Saudita e diversas outras nações, com o intuito de expulsar as forças iraquianas daquele país. A *Al-Qaeda* se inclinava, à época, fortemente, contra o regime de SADDAM HUSSEIN, na exata medida em que este era acusado pelos fundamentalistas muçulmanos de ter tornado o Iraque um Estado laico. BIN LADEN ofereceu os serviços dos seus combatentes ao trono saudita, mas a presença de forças “infiéis” em território islâmico sagrado (a concepção prevalecente é que se tratava de uma luta entre islâmicos) foi vista por BIN LADEN como um ato de traição. Então este, outrora financiado e treinado pelos EUA, decidiu opor-se aos seus antigos aliados. A *Al-Qaeda* passou a considerar os Estados Unidos como opressivos contra os muçulmanos, citando, como argumentos sofismáticos, o apoio estadunidense a Israel nos conflitos entre palestinos e israelitas e, sobretudo, a manutenção da presença militar estadunidense em vários países islâmicos, particularmente na Arábia Saudita, após o fim da guerra, em 1991.

“Em Agosto de 1990, o Iraque de SADDAM HUSSEIN invadiu o Kuwait. Receando uma possível agressão iraquiana, o reino saudita pediu proteção militar aos Estados Unidos, cuja administração rapidamente deslocou tropas para o país. O movimento radical islâmico saudita assistiu assim à chegada de pretensos soldados infiéis à terra sagrada do Islã. Para evitar a presença militar norte americana, BIN LADEN ainda ofereceu os serviços da Al-Qaeda para combater as tropas iraquianas. O governo saudita recusou a oferta. Como resposta, os radicais islâmicos declararam inválida a custódia da monarquia saudita

dos lugares sagrados do Islã, Meca e Medina. BIN LADEN comparou o estabelecimento de bases militares americanas na Arábia Saudita com a invasão soviética do Afeganistão. Convencidos de que tinham desempenhado um papel central na derrota do império soviético, BIN LADEN e os seus companheiros convenceram-se que também seriam capazes de vencer o império americano (não obstante sua existência efetiva derivar-se diretamente do financiamento, treinamento e suporte estadunidenses). A declaração de guerra aos Estados Unidos teve o seguinte título: ‘declaração da Jihad contra a ocupação americana dos lugares sagrados’. Simultaneamente, BIN LADEN apelava à revolução contra a monarquia saudita. Desde a chegada das tropas soviéticas e de BIN LADEN ao Afeganistão, em 1979, o caminho tinha sido longo. Para defender o uso do território do Afeganistão com o objetivo de desestabilizar as colônias britânicas na Índia, TROTSKY afirmou um dia que ‘a estrada da revolução para Paris e Londres passa pelas cidades do Afeganistão’. Oitenta anos mais tarde, ‘a estrada para Nova Iorque e Washington voltou a passar pelo Afeganistão’. + Desta vez, com mais sucesso.” (JOÃO MARQUES DE ALMEIDA; 1979: O Ano que Nasceu a Al-Qaeda, Instituto de Relações Internacionais, 2004)

Apesar do fantástico crescimento do grupo que passou a ter alcance de letalidade no contexto global, vários estudiosos, como MICHAEL SCHEUER, um ex-analista da CIA sobre terrorismo, acreditam que a *Al-Qaeda* evoluiu para um movimento “(...) no qual a Jihad é autossustentável, os guerreiros islâmicos lutam contra a América com ou sem a aliança de BIN LADEN e da *Al-Qaeda* originária, e no qual o nome traz inspiração para novos ataques internacionais”.

A inteligência do Presidente GEORGE BUSH, em 1991, com o intuito de manter o partido Baath no poder, ainda que preferencialmente sem a liderança de SADDAM HUSSEIN - assegurando um Iraque secular - foi, entretanto, contrastada com o despreparo de seu filho GEORGE W. BUSH no

comando da denominada Segunda Guerra do Golfo (Guerra do Iraque), em 2003, o que permitiu não somente a desintegração efetiva daquele país, como ainda, de forma colateral, o amplo fortalecimento de uma nova e revigorada *Al-Qaeda* e, mesmo, o surgimento de outros grupos radicais, além de, posteriormente, o próprio nascimento do Estado Islâmico (EI ou ISIS) como resultado direto das desastrosas políticas de desestabilização e derrubada de *regimes autoritários* (porém, *seculares*), principalmente na Líbia e, ainda que sem êxito (por força da intervenção russa) na Síria, patrocinados pelos principais protagonistas da União Europeia, com amplo e irresponsável apoio de BARACK OBAMA, no contexto histórico do que se convencionou chamar de “Primavera Árabe”.

“Não foi apenas BUSH filho que errou em suas ‘intervensões’ no Oriente Médio. BARACK OBAMA comandou uma desastrada ofensiva para derrubar MUAMAR KADAFI, deixando como herança uma Líbia em guerra civil. Na Síria, o governo OBAMA apoiou uma oposição controlada por terroristas Jihadistas. (...) Sem dúvida, fazem falta, na política externa norte-americana, líderes como BUSH pai.” (GUGA CHACRA; *O Primeiro Bush e o Oriente Médio*, O Globo, 06/12/2018, p. 23)

“Acho que foi um erro (os EUA) enviarem tropas para o Iraque (em 2003) e derrubar SADDAM HUSSEIN. (...) O presidente BUSH (pai), por sua vez, agiu muito bem em 1991. Ele foi cauteloso. Ele respondeu à agressão e, em seguida, parou, no tempo certo (...) É deplorável a tentativa de mudar regimes naquela parte do mundo, na expectativa de que, no dia seguinte, tudo se ajuste e que a democracia ao estilo norte-americano se estabeleça. Mas isso é impossível. Estamos testemunhando o que está acontecendo naquela região neste momento. De onde veio o Estado Islâmico? Nunca existiram terroristas ali antes. E, agora, eles têm, uma cabeça de ponte naquela região e controlam dois terços do território iraquiano. E o mesmo vem

acontecendo na Síria. *A Líbia, como Estado territorialmente íntegro, deixou de existir. (...) Podemos ver que o resultado de todas essas ações foi uma catástrofe.*” (VLADIMIR PUTIN; Oliver Stone: *As Entrevistas de Putin*, Rio de Janeiro, Ed. Best Seller, 2017, ps. 47-48)

A ingenuidade infantil de simplesmente desejar transformar *ditaduras seculares* (construídas inicialmente pela lúcida estratégia britânica de oposição aos movimentos islâmicos radicais iniciais,⁷ como a *Irmadade Muçulmana*) em *democracias liberais estáveis* não só conduziu ao desastre da construção de uma perigosa *instabilidade política* em toda a região - quase conduzindo o próprio Egito ao colapso, se não fosse o tempestivo recuo estratégico dos EUA - como, ainda, ampliou as bases do *terrorismo islâmico*, criando novos grupos com seus principais líderes e integrantes, mais uma vez, financiados e treinados pelos EUA.

“O grupo ISIS nasceu das sobras da Al-Qaeda, que é uma organização fundamentalista islâmica internacional, constituída por células colaborativas e independentes que visam disputar o poder geopolítico no Oriente Médio. Inicialmente, a atuação do grupo tinha por objetivo expulsar as tropas russas do território afegão. Os Estados Unidos apoiaram o movimento e enviaram ajuda financeira à organização para a compra de armas e realização de treinamentos. Todavia, com a Guerra do Golfo (1991) e a instalação de bases militares estadunidenses na península arábica (sede dos principais santuários do Islã), BIN LADEN iniciou uma campanha contra os estadunidenses.

A desastrosa forma de ocupação durante a intervenção no Iraque em 2003, alijando do poder o partido Baath - com toda a sua estrutura administrativa - permitiu uma oportunística fusão entre uma insurgência reativa ao modo que os EUA alijaram do poder o partido de SADDAM HUSSEIN (e não propriamente o

mesmo) e os interesses de uma fragilizada Al-Qaeda, de nítida feição terrorista, que desejava se reerguer. Foi este casamento perfeito que permitiu a surpreendente criação de uma complexa organização estatal, chamada Estado Islâmico.” (REIS FRIEDE; Fragmentos de Palestra sobre Teoria do Estado e Sociologia dos Conflitos Proferida na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - ECEME em 04/04/2018)

Gênese do movimento Talibã

O movimento *Talibã* surgiu, inicialmente, como uma *facção política armada*, na região fronteiriça compreendida entre o Afeganistão e o Paquistão, no final da década de 1980, quando aquele país ainda encontrava-se sob ocupação soviética (1979-1989), reunindo, sobretudo, integrantes da etnia *pash tun* (maioria étnica da população afegã) que, naquela oportunidade, resistiam à presença do exército vermelho.

Não obstante veementes negativas oficiais, é fato que o governo paquistanês esteve diretamente envolvido na fundação e no subsequente fortalecimento político, militar e econômico do *Talibã*. Naquele período de ocupação soviética, Islamabad forneceu apoio direto e indireto ao movimento *guerrilheiro* e treinou combatentes no Afeganistão, em obediência a diretrizes norte-americanas, que objetivavam prejudicar a União Soviética, no contexto da Guerra Fria. Os EUA também forneceram amplo apoio financeiro e militar ao movimento, constituindo-se no principal responsável pela sua existência como grupo de grande potencial ofensivo.

Nesse sentido, assim como no caso da *Al-Qaeda*, é cediço reconhecer, independentemente de qualquer escopo analítico ou viés ideológico, que o *Talibã* também possui incontestemente DNA norte-americano, não obstante a opinião contrária de alguns estudiosos sobre o tema:

“Pode-se dizer que os EUA não anteciparam a ameaça da Al-Qaeda e do radicalismo islâmico sunita; mas isto é consideravelmente diferente de lhe atribuir a paternidade do movimento de BIN LADEN.” (JOÃO MARQUES DE ALMEIDA; 1979: *o Ano que Nasceu a Al-Qaeda*, Instituto Português de Relações Internacionais, 2004)

Diferente de outras *facções terroristas*, entretanto, resta oportuno destacar que o *Talibã* chegou ao poder se estabelecendo no contexto político em um Estado - no caso, o Afeganistão, em 1996 - como entidade vitoriosa na guerra civil (entre grupos islâmicos) que se seguiu à retirada soviética, em 1989. No poder, o grupo *guerrilheiro*, fortemente armado e treinado pelos EUA e Paquistão, não teve muitas dificuldades em instaurar um *governo de terror*, impondo a *sharia*, ou, em outras palavras, oprimindo mulheres, perseguindo minorias étnicas, promovendo expurgos, chegando ao ponto de implodir, em cenas levadas a todos os lares do mundo pela TV oficial, as estátuas dos Budas de Bamiyan, patrimônios da humanidade.

Somente em 2001, após os atentados de 11 de setembro, o regime foi deposto por uma coalizão liderada pelos Estados Unidos, sob o argumento de abrigar membros da *Al-Qaeda*, incluindo seu líder, OSAMA BIN LADEN.

Entretanto, mesmo aliados do poder no Afeganistão e, após conseguirem - com considerável apoio de integrantes do Exército e do serviço secreto paquistanês - evadir-se das forças dos Estados Unidos, durante o verão de 2002, os integrantes do *Talibã* remanescentes começaram a se reagrupar, permitindo conceber uma *insurgência* que o Mulá MOHAMMED OMAR havia prometido durante os últimos dias do *Talibã* no poder.

Destarte, durante o mês de setembro de 2002, as forças talibãs iniciaram uma campanha de recrutamento em áreas *pash tuns* no Afeganistão e

no Paquistão para lançar uma “*Jihad*” renovada e lutar contra o governo afegão e a coalizão de países integrantes da OTAN, liderada pelos Estados Unidos. Panfletos distribuídos secretamente à noite também começaram a aparecer em muitas aldeias e no antigo reduto *talibã* no sudeste do Afeganistão. Pequenos campos de treinamento móveis foram estabelecidos ao longo da fronteira com o Paquistão por fugitivos da *Al-Qaeda* e do *Talibã* para treinar novos recrutas em táticas de guerra irregular de guerrilhas.

É importante mencionar que a maioria dos novos integrantes do *Talibã* foram retirados das madrassas ou escolas religiosas das áreas tribais do Paquistão, de onde o *Talibã* tinha inicialmente surgido, sendo certo que as principais bases, algumas com cerca de 200 homens, foram criadas nas áreas tribais montanhosas do Paquistão no verão de 2003.

Nesse diapasão analítico, vale registrar que a determinação dos paramilitares paquistaneses, estacionados nos postos fronteiriços com o objetivo de evitar essa infiltração, foi logo posta em cheque, restando evidente que as operações militares paquistanesas se encontravam seriamente comprometidas e não teriam qualquer eficácia, conforme se verificou mais tarde.⁸

O desvio de foco e de atenção por parte da administração de GEORGE W. BUSH, devido à decisão concomitante de iniciar novas operações militares, no contexto da Guerra do Iraque, associados à topografia e ao isolamento do local, adicionados à profunda desconfiança do governo paquistanês com a política externa dos Estados Unidos, e ao fortalecimento da *Al-Qaeda* na região, favoreceram enormemente o aumento da *insurgência talibã*, conduzindo a um verdadeiro impasse no conflito, mormente se também

consideramos as ínsitas restrições ao emprego do poder militar estadunidense em decorrência de aspectos próprios de *Assimetria Reversa*⁹ não mais neutralizados (pelo menos em parte, conforme se planejou inicialmente) pela via de utilização de forças militares paquistanesas no contexto da concepção (pelo menos parcial) de “*guerra por procuração*”.

O financiamento guerrilheiro passou a ser feito através da venda de ópio (uma vez que a atual insurreição depende de seu comércio para comprar armas, formar os seus membros e conquistar apoio), como restou sobejamente demonstrado. Afinal, em 2001, o Afeganistão produziu apenas 11% do consumo mundial de ópio, chegando a produzir mais de 93% da produção mundial, em 2015, sendo que o comércio de drogas é responsável por pelo menos metade do Produto Interno Bruto - PIB do Afeganistão.

Com a eleição de BARACK OBAMA à presidência dos Estados Unidos, em 2008, mudou-se o *foco* da ação militar global no contexto da chamada *Guerra ao Terror*, deslocando-o pendularmente do Iraque para a fronteira Afeganistão-Paquistão. O chamado “Plano Obama” previa a derrota da *Al-Qaeda* no Afeganistão e no Paquistão através de uma crescente (e pouco refletida) ajuda financeira à Islamabad, o aumento da própria presença militar dos Estados Unidos no Afeganistão e negociações com os membros moderados do *Talibã* com o objetivo de torná-los um partido político.

A estratégia, contudo, não obteve os resultados esperados, mormente pelo fato de que a porosa região fronteiriça entre o Afeganistão e o Paquistão, controlada por líderes tribais da etnia *pashtun*, se transformou, na prática, no bastião do grupo islâmico *Talibã* e da *Al-Qaeda*, ao mesmo tempo em

que o suposto “aliado” Paquistão, desde o início do conflito e, mais recentemente com indisfarçável cinismo, passou a ser acusado de fazer “vista grossa” aos extremistas islâmicos do *Talibã*. Os Estados Unidos passaram então a externar de forma mais contundente (ainda que sem muitos resultados práticos) sua insatisfação com a permissividade na fronteira afegã-paquistanesa, onde ainda existem inúmeros focos de militantes do *Talibã* e *Al-Qaeda* agindo livremente, bem como com as operações militares paquistanesas que se revelaram de efetividade, no mínimo, duvidosa. Mais estarrecedor foi a constatação de que o ISI (serviço secreto paquistanês) é constantemente acusado, por parte dos oficiais norte-americanos, de manter estreitos laços com radicais islâmicos e de colaborar internamente com os insurgentes.

Após maio de 2011, a morte de OSAMA BIN LADEN - localizado, pelos serviços secretos estadunidenses, em território paquistanês, na cidade de Abbottabad, instalado há cinco anos em residência confortável a pouca distância (pouco mais de um quilômetro) de uma unidade militar (Academia Militar do Paquistão) - fez com que os EUA mudassem radicalmente de estratégia, ao mesmo tempo em que, em represália, muitas figuras afegãs proeminentes foram assassinadas pelos insurgentes, incluindo MOHAMMED DAUD, AHMED WALI KARZAI, JAN MOHAMMAD KHAN, GHULAM HAIDER HAMIDI, BURHANUDDIN RABBANI e outros. Em resposta a este novo desafio, grandes operações militares foram iniciadas dentro do Afeganistão contra os insurgentes, com o propósito de interromper suas redes logísticas e forçá-los à mesa de negociação.

Ainda assim, países da região, particularmente o Paquistão e o Irã (apesar de sua orientação *xii-ta*), continuam a ser frequentemente acusados de

financiar e apoiar *grupos insurgentes*, tornando extremamente difícil (e complexa) uma vitória derradeira contra o *Talibã* e demais *grupos islâmicos radicais* que, outrora existentes, se fortaleceram, ou que, simplesmente, foram criados no contexto da denominada *Guerra ao Terror* em solo afegão.

Notas complementares

1. A origem do Islamismo

O profeta do Islamismo, MAOMÉ, nasceu na cidade de Meca no ano de 571, e, já em sua adolescência, teve contato com o Cristianismo (Catoicismo), que, por sua vez, se encontrava completamente desfigurado (naquele tempo) em relação aos seus preceitos originários. Tal fato permitiu, por exemplo, que MAOMÉ tivesse a impressão de que os cristãos acreditassem que MARIA era, de fato, DEUS, ou que, de certa forma, fizesse parte da divindade, permitindo a construção de uma (natural) reação inicial adversa ao Cristianismo. Portanto, toda a crescente aversão às ideias cristãs, por parte de MAOMÉ, se deve a esta (particularmente) “versão deformada” (do Catolicismo) do início da Idade Média, com a qual o Profeta teve contato.

Mais tarde, com aproximadamente 25 anos de idade, MAOMÉ declarou ter recebido uma “visita especial” do anjo GABRIEL enquanto meditava em uma caverna. Segundo o profeta, GABRIEL lhe disse três vezes: “Recita! Recita! Recita!”. Logo a seguir, MAOMÉ, assustado e confuso com a aparição do anjo e de suas palavras, fugiu apressadamente da caverna.

Segundo relatos históricos, em um período entre seis meses e três anos, MAOMÉ ficou sem receber novas “visitas” ou revelações. Após esse espaço de tempo, entretanto, as aparições voltaram,

fosse na forma do anjo GABRIEL, ou como visões e sensações que o atingiam a qualquer momento do dia. Para MAOMÉ, tais “sintomas” só poderiam ser encarados como revelações que ele estaria recebendo de DEUS, referido como ALÁ na religião islâmica.

As ditas sensações, revelações e aparições do anjo GABRIEL perseveraram por cerca de 23 anos até a morte de MAOMÉ, aos seus 62 anos de idade, em junho de 632. Nas aparições de GABRIEL, o anjo sempre trazia as mensagens de ALÁ, e MAOMÉ, como não possuía a habilidade da escrita, decorava e recitava as referidas revelações, transmitindo-as para indivíduos próximos, os quais transcreviam as palavras do Profeta. Foi unicamente deste “acervo” de revelações que veio a ser composto o Alcorão (livro sagrado do Islã).

Desta feita, de forma diversa do apregoado pelo senso comum, é cediço concluir que, em verdade, o Profeta (por ser analfabeto) jamais pôde conferir pessoalmente a autenticidade das transcrições, fato que ensejou a possibilidade de diferentes interpretações sobre os escritos do Livro Sagrado, pelos mais variados ramos do Islamismo até a presente data.

Vale registrar, em necessária adição, que, inicialmente, MAOMÉ não recebeu os devidos créditos pela “obra”. Porém, o mesmo começou a ser reconhecido pelos familiares e amigos como um verdadeiro Profeta de DEUS (ALÁ). Algum tempo depois, já com mais seguidores, o Profeta se mudou da cidade de Meca para Medina, e, nesta nova localidade, tornou-se não só um importante prócer religioso, como também um líder político e militar.

Nesse sentido, resta categórico que a nova religião que MAOMÉ estava trazendo para co-

nhecimento do povo formava uma visão de civilização que incluía não somente uma liderança espiritual, como também a criação de um Estado e, por conseguinte, de um sistema político que seguia leis políticas e religiosas. Destarte, é válido consignar que a intenção de MAOMÉ, desde as suas origens, sempre foi a de criar uma *Nação Islâmica*, uma concepção nacional que fosse guiada e orientada pelos escritos do Alcorão, ainda que estes tivessem sido “anotados” por terceiros, sem a efetiva possibilidade de plena verificação quanto à fiel reprodução gráfica.

Naturalmente, à medida que o movimento em torno de MAOMÉ se avolumou, focos de resistência começaram a se formar, inclusive em Medina. Em razão deste fato, guerras violentas irromperam entre os seguidores do Profeta e a aludida resistência. MAOMÉ liderou seu povo em mais de 20 guerras, provando ser um habilidoso guerreiro e uma grande referência militar.

Nesse sentido, MAOMÉ pode ser considerado, em qualquer contexto analítico, o árabe mais importante que já existiu e, talvez, o homem mais influente para a humanidade depois de JESUS, a julgar pelo expressivo número de seus seguidores. O Profeta Islâmico foi reconhecido, seguido e temido. Consolidou sua religião em um Império, o qual conquistou inúmeras terras e impôs sua “Lei”.

A partir da morte de MAOMÉ, várias disputas ocorreram no que tange à sua sucessão. Este processo não ocorreu de forma pacífica: vários indivíduos próximos ao Profeta (incluindo seus sogros, devido à grande quantidade de esposas que o mesmo possuía, além de tios e outros familiares) entraram em contenda para pleitear o título de Califa (nome dado àqueles que sucederam MAOMÉ como líder do movimento islâmico).

Não obstante, o Islamismo se propagou, fundamentalmente devido às conquistas de terras na Ásia, África e no Oriente Médio. Nos meados da Idade Média, o Islamismo havia avançado muito mais, em termos territoriais, do que o Catolicismo nos primeiros séculos da era cristã, sendo importante reconhecer que o crescimento do Islã foi reconhecidamente extraordinário durante o aludido período.

A fonte suprema de autoridade do Islamismo é o Alcorão (uma espécie de Constituição para os países teocráticos), ou seja, a “coleção” de revelações que MAOMÉ transmitiu aos seus fiéis, ainda que através da escrita por terceiras pessoas. Alcorão significa, por excelência, leitura ou recitação, esta última em alusão à forma como a obra foi elaborada e, também, com o intuito de transmitir a mensagem de que ele deve ser lido, recitado e decorado por todos aqueles que são seus seguidores.

O Alcorão, para o Islamismo, é a palavra *final e completa* de DEUS, a última revelação, superior às escrituras hebraicas (Antigo Testamento) e aos escritos do Novo Testamento (Bíblia). O livro sagrado Islâmico reconhece a procedência divina tanto da Lei de MOISÉS como do Evangelho; contudo, o Islã manifesta que as escritas de ambos os testamentos foram deturpadas (ainda que a fidelidade das palavras de MAOMÉ também jamais tenham sido conferidas pelo mesmo), e que JESUS, quando alçou ao céu, levou consigo a única cópia genuína do Novo Testamento. Por esta razão, para os seguidores do Islã, o livro sagrado usado pelos cristãos hodiernamente é apenas uma versão “adulterada” do dito Novo Testamento.

Nessa toada, o Alcorão encontra-se na base da cultura Islâmica, em seus movimentos filosóficos e em suas atividades culturais; ele traz determinações para todas as áreas da vida e regulamenta todas as atividades humanas, da mesma forma

que nas nações democráticas (onde “todo poder emana do povo e em seu nome será exercido”) as respectivas Constituições regem a vida social.

Existem, todavia, diferentes linhas de interpretação referentes ao Alcorão dentro do Islamismo (até porque, como afirmado alhures, o Profeta, por ser analfabeto, confiou a transcrição de seus pensamentos à seguidores), sendo a Suna a grande (e maior) diferença entre os seguidores da religião. A Suna é uma coletânea de histórias que, de certa forma, completam o Alcorão, tendo esta sido escrita cerca de 100 anos depois da morte de MAOMÉ. A Suna traz memórias, lendas, ditos e atos atinentes ao Profeta. Todavia, a Suna não é aceita pela unanimidade dos adeptos do Islamismo, mas, no entanto, é adotada pela maioria (cerca de 85% a 90%), razão pela qual a facção majoritária do Islã é denominada Sunita, enquanto a parte minoritária é titulada como Xiita (aqueles que não aceitam a Suna, mas apenas o Alcorão).

Em síntese, as diferentes interpretações concernentes ao conteúdo redacional do Alcorão, em conjunto com as divergências de opinião entre os Sunitas e os Xiitas, provocaram sobre o Islã, especialmente na contemporaneidade, diversas críticas pela Sociedade Internacional por conta de presumíveis costumes ultrapassados (principalmente em relação às mulheres) e, sobretudo, pelos atos terroristas praticados (supostamente) em seu nome. Em vista disso, surge uma linha mais moderna de interpretação do Alcorão, com o propósito de “suavizar” o impacto de alguns ditos presentes no livro sagrado, tornando-o (pretensamente) mais próximo das concepções (originárias de paz e harmonia) preconizadas por MAOMÉ e por suas revelações divinas.

2. GEORGE KENNAN: o arquiteto da política de contenção no contexto da Guerra Fria

Uma relativa convicção quanto à vitória sobre as forças do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) fez com que, desde o início das hostilidades no contexto da Segunda Guerra Mundial, os Aliados abordassem os futuros problemas do pós-guerra em uma série de sete conferências em que se buscou, em última análise, um acordo comum objetivando construir novos alicerces para a paz mundial. Por força de naturais ambições nacionais, todavia, o que mais se constatou, durante todo o transcurso temporal das mesmas, foi uma acentuada e complexa *disputa política* que, por fim, se transformou em uma nova modalidade de confronto que se designou por *Guerra Fria*.

O primeiro encontro entre os dois principais representantes aliados teve lugar em TERRANOVA, em agosto de 1941, onde CHURCHILL e ROOSEVELT subscreveram a Carta do Atlântico, que acabou por se constituir no marco inicial da supremacia norte-americana do pós-guerra. Até aquele ano o chamado “*new deal*” ainda não conseguira resolver todos os problemas econômicos dos Estados Unidos e a Carta do Atlântico, neste aspecto, reservava, em alguns de seus principais dispositivos, grandes vantagens econômicas para os EUA (como a abertura de diversos mercados britânicos), bem como, reservava para a América o papel de principal fornecedor de armamentos para os países beligerantes, reativando a capacidade industrial norte-americana através da injeção de bilhões de dólares em ouro e outras formas de pagamento, além de créditos especiais a serem resgatados no futuro, após a conclusão do conflito.

CASABLANCA, em janeiro de 1943, foi o segundo encontro dos dois grandes, dessa vez com a presença de CHARLES DE GAULLE (como

representante da resistência francesa), ocasião em que se abordou, pela primeira vez, o objetivo de impor uma rendição incondicional à Alemanha, ao mesmo tempo em que fixava uma data para o desembarque aliado na Sicília. O desembarque na França (ainda que com algumas ressalvas do lorde inglês, que, prevendo um futuro e eventual confronto com a URSS, preferia um desembarque nos Bálcãs, criando uma linha de contenção em relação à URSS, permitindo aos anglo-americanos, em última análise, chegarem primeiro à Alemanha e ocupar a Europa Oriental) restou estabelecido por CHURCHILL e ROOSEVELT, em WASHINGTON, no terceiro encontro, realizado em maio de 1943. No mês de agosto do mesmo ano, em um quarto encontro, ambos voltariam a se reunir em QUEBEC para discutir os projetos de desmembramento da Alemanha. Em TEE-RÁ, no mês de novembro de 1943, os Aliados, já com a presença de STALIN, realizavam a quinta conferência para tratar do futuro da Alemanha, com base no chamado Plano MORGENTHAU, proposto pelo Presidente ROOSEVELT, que consistia na destruição de toda a indústria alemã e na transformação do povo alemão em pastores e camponeses, incapacitados para qualquer rearmamento. Tanto ROOSEVELT como CHURCHILL, entretanto, viriam a abandonar o projeto quando das primeiras dissensões com STALIN.

A sexta conferência, realizada em IALTA, na Crimeia (URSS), entre 4 e 11 de fevereiro de 1945, se destacou como o mais importante encontro dos Aliados durante a Segunda Grande Guerra. O clima era desfavorável ao Ocidente, pois além do encontro ter sido realizado em solo soviético, ocorrera com um ROOSEVELT doente, ao qual apenas dois meses separavam-no da morte (12/04/1945), e um CHURCHILL prestes a ser derrotado por CLEMENT ATTLEE

nas eleições britânicas, além do grande Projeto MANHATTAN ainda não estar plenamente concretizado. Nessa altura, apesar do exército norte-americano estar intacto (com um contingente de mais de 12 milhões de homens) e a indústria bélica se encontrar no auge da produção, a União Soviética se encontrava fortemente armada (sobretudo às custas de um amplo programa de auxílio econômico e militar norte-americano), constituindo-se no maior exército terrestre da Europa. O objetivo principal da conferência foi decidir o fim da guerra e, particularmente, a repartição das zonas de influência entre o Oeste e o Leste. A vontade de ROOSEVELT em poupar alguns milhares de vidas norte-americanas foi, neste sentido, segundo opinião dos mais renomados historiadores, o principal fator dos grandes equívocos perpetrados nas negociações em IALTA. O presidente dos Estados Unidos estava ciente de que um acordo completamente favorável ao Ocidente, como era possível à época, significaria uma eventual e arriscada confrontação direta com as tropas soviéticas, além de uma quase certa ausência de auxílio, por parte da URSS, contra o Japão na guerra da Ásia e do Pacífico (naquele momento considerado de grande importância).

Ainda assim, o primeiro-ministro britânico (que não compartilhava dos temores norte-americanos) conseguiu para a França uma zona de ocupação na Alemanha e um lugar na comissão de controle, ficando decidido que a Alemanha seria desarmada, desmilitarizada e desmembrada, exigindo-se lhe reparações pelos danos causados. No que concerne à Polônia, STALIN conseguiu que fosse admitido o governo comunista estabelecido em Lublin, para que, conjuntamente com os exilados de Londres, decidissem o futuro deste país. TITO foi reconhecido como

legítimo governante da Iugoslávia, atendendo a exigências soviéticas, bem como, as fronteiras polonesas foram fixadas segundo a linha dos rios Oder-Neisse, o que permitia à URSS conservar territórios da Polônia Oriental.

Com a capitulação da Alemanha (7 de maio de 1945), reuniram-se na sétima e última Conferência, em POTSDAM (arredores de Berlim), STALIN, HARRY TRUMAN (sucessor de ROOSEVELT) e CHURCHILL (em seu lugar, antes do encerramento dos trabalhos, entrou CLEMENT ATTLEE, novo primeiro-ministro inglês) com o objetivo de ratificar as decisões de IALTA. A conferência iniciou-se em 17 de julho de 1945, um dia após a explosão da primeira bomba atômica no Novo México, e terminou no dia 2 de agosto.

TRUMAN iniciara a conferência com um grande trunfo, pois fora avisado do sucesso da nova arma horas após o início da reunião. O clima do encontro foi de intensa desconfiança, o que não impediu, por outro lado, a ratificação de todas as decisões de IALTA, mesmo aquelas em que eram notoriamente desfavoráveis ao Ocidente. Não se chegou a nenhum acordo sobre a nova ordenação europeia, nem sequer sobre o destino da Alemanha, que, provisoriamente, ficaria sob o domínio dos quatro exércitos vencedores, aplicando-se o mesmo estatuto em Berlim (que ficava dentro da zona soviética). Os mais altos assessores de TRUMAN insistiram na utilização da ameaça nuclear para obrigar STALIN a respeitar o seu compromisso sobre a autodeterminação da Europa Oriental, conforme acordado em IALTA (mas, até aquele momento, ainda não respeitado). Contudo, os mesmos não tiveram qualquer sucesso, fato que propiciou, pouco tempo depois, a consolidação da chamada “*cortina de ferro*” (termo cunhado por CHURCHILL

em uma conferência para estudantes, em 5 de março de 1946, no Westminster College, no Missouri, EUA) pela União Soviética.

Somente em 1947 foram firmados tratados de paz com a Itália, Finlândia, Romênia, Hungria e Bulgária, tendo os três últimos sucumbido à ocupação soviética durante todo o período da Guerra Fria.

A ONU ficou constituída em 24 de setembro de 1945, sob a exigência do senado norte-americano do poder de veto, inicialmente, para sete nações: EUA, URSS, Reino Unido, França, China, Índia e Brasil, que se tornariam, desta feita, membros permanentes de um conselho de segurança. Sob o veto do primeiro-ministro britânico, foram retirados, entretanto, os nomes da Índia e do Brasil, formando os cinco primeiros o conselho de segurança conjuntamente com mais 10 nações eleitas e sem poder de veto. A existência da organização não impediu, todavia, a acirrada disputa na Europa e o conseqüente expansionismo soviético.

A Europa do pós-guerra emergiu numa grave crise econômica. O mercado negro tomou conta da economia, obrigando o Reino Unido a tomar medidas espartanas de austeridade. Na França assumiu a presidência o socialista AURIOL, durante a constituição da IV República. Na Itália, DE GASPERI aceitou a chefia do primeiro governo republicano de consolidação formado por democratas-cristãos, socialistas e comunistas. Na Bélgica, a monarquia conseguiu sobreviver com a substituição do Rei LEOPOLDO III por seu irmão CARLOS e, posteriormente, por seu filho BALDUÍNO. Na Alemanha, a comissão interaliada de controle levou a efeito a “desnazificação” combinada em POTSDAM, conduzindo a processo judicial aproximadamente seis milhões de alemães.

Na Grécia, o fim da guerra desencadeou uma guerra civil com objetivo de mudanças nas estruturas sociais e políticas. Confrontos violentos ocorreram no momento em que o governo de unidade de PAPANDREU ordenou a desmobilização das guerrilhas para as integrar ao novo exército nacional. STALIN combinara com CHURCHILL que a Grécia seria zona de influência britânica. Os comunistas, na sua luta, não contariam, pois, com nenhuma ajuda direta dos exércitos soviéticos. TITO seria quem, no mais alto grau, daria prosseguimento à longa e cruenta luta, até que em 1949 decidisse fechar as fronteiras, ficando assim os comunistas gregos isolados, apesar de terem chegado a dominar extensas zonas do norte do país.

No início de 1947, o governo britânico, que iria fazer face a uma profunda crise econômica, deu conhecimento a TRUMAN de que retiraria da Grécia 40.000 soldados antes de março. Neste momento, em todo o leste europeu libertado pelos soviéticos, os governos comunistas consolidavam a sua posição, em completo desrespeito ao que fora acordado em IALTA. A despeito da supremacia econômica (o PIB dos EUA representava, à época, 53% da renda mundial) e militar (os EUA possuíam o monopólio das armas atômicas) estadunidense, a política de Moscou continuava a abraçar e a incentivar o expansionismo hegemônico e oportunista sobre uma Europa completamente destruída e indefesa. No dia 11 de março de 1947, o Presidente TRUMAN declarava perante o Congresso que “*a política dos Estados Unidos será a de prestar apoio aos povos livres que resistem às tentativas de subjugamento por obra de minorias armadas ou de pressões do exterior*”, em uma acusação direta às atividades da URSS. Nesse mesmo dia, o Congresso votaria um auxílio de

230 milhões de dólares (ou US\$3,5 bilhões em moeda de 2015) à Grécia e os primeiros conselheiros militares americanos começariam a se instalar em Atenas poucos dias depois.

Britânicos e norte-americanos estabeleceriam, nesse mesmo ano, na Alemanha, a unidade econômica de suas zonas de controle, iniciativa a que não tardaria a unir-se a França. Toda a política ocidental dirigia-se no sentido da *contenção da URSS nas suas posições geográficas* (o que, na fase de Guerra Fria, o público viria a justificar com frequentes apelos à defesa da chamada civilização cristã). Em 5 de junho de 1947, na Conferência de HARVARD, o General GEORGE C. MARSHALL expôs a necessidade de pôr em execução um programa de reconstrução europeia financiado pelos Estados Unidos. A URSS, pela voz de MOLOTOV, renunciou aos seus benefícios, obrigando a Tchecoslováquia, que já havia dado a sua adesão ao plano, a reconsiderar sua decisão. Durante os anos de 1948 e 1952, chegaram à Europa mais de 13 bilhões de dólares (algo em torno de US\$ 200 bilhões em moeda de 2015) destinados a diversos países, inclusive à Alemanha. Não obstante a soma destes novos recursos não ser superior à anterior ajuda econômica estadunidense para a reconstrução europeia (1945-1946), a grande novidade é que estes montantes eram destinados no contexto de uma nova forma de auxílio em que a própria Europa decidia livremente a destinação final do dinheiro em benefício de um embrionário mercado comum, o que acabou por permitir seu relativamente rápido crescimento e desenvolvimento econômicos no pós-guerra, bem como a realização do projeto de integração europeia.

Em resposta a estas decisões, constituídas à revelia de STALIN (sobretudo as referentes a

uma nova paridade para o marco alemão), o premier soviético ordenou o bloqueio total a Berlim, obrigando os Estados Unidos a operar uma gigantesca ponte aérea por quase um ano (24 de junho de 1948 a 11 de maio de 1949).

No Ocidente, em natural contraposição, o *anticomunismo* passou a adquirir foros de *cruzada*. Um ataque nuclear contra Moscou foi, inclusive, cogitado como solução emergencial para conter o avanço soviético sobre a Europa Ocidental, dentro de uma lógica em que se apresentava impossível uma confrontação convencional na Europa, face à magnitude do exército soviético (não desmobilizado no pós-guerra), fazendo nascer a concepção da “resposta nuclear de guerra total”, mais tarde evoluída para a ideia da “espada nuclear” e do “escudo convencional”. O General LEMAY, arquiteto da ponte aérea de Berlim e futuro comandante do Comando Aéreo Estratégico, SAC (criado em 21 de março de 1946 e comandado pelo mesmo no período de 1949 a 1957), apresentou - ainda que formalizada através de uma roupagem doutrinária de retaliação - um plano de ataque simultâneo às 70 principais cidades soviéticas utilizando todo o arsenal nuclear americano, que, à época, somava 133 bombas atômicas (Plano de Emergência de Guerra EWP 1-49). A ideia, contudo, foi descartada, por completo, por TRUMAN, alegando questões morais e humanitárias, o que veio a incentivar o início da doutrina de “resposta flexível” com o emprego conjunto de forças nucleares (limitadamente) e de forças convencionais.

Em 17 de março de 1948, em Bruxelas, os países do Benelux, Reino Unido, Itália e França constituíram, com propósitos defensivos, a União Europeia Ocidental, incapaz, contudo, de repelir qualquer ataque do exterior. Consternados com

as contínuas atitudes hostis da União Soviética, os EUA lançaram, como alternativa, a ideia de um tratado coletivo de defesa capaz de garantir a segurança de todos os países ameaçados pelo expansionismo moscovita.

Nesse contexto, é assinado o Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 4 de abril de 1949, com todos os membros do Pacto de Bruxelas, mais Portugal, o Canadá e os Estados Unidos. A Grécia e a Turquia adeririam ao tratado em 1952 e, três anos depois (1955), a República Federal Alemã (criada em 23 de maio de 1949), cujo rearmamento fora decidido pelos Aliados, constituindo um novo motivo de irritação para os soviéticos. A criação do Pacto de Varsóvia, no mesmo ano (14 de maio de 1955), viria a ser uma resposta evidente e a consolidação final do clima de Guerra Fria.

A contínua ação agressiva da União Soviética sobre os países ocupados por seus exércitos, em total desrespeito aos acordos de IALTA, deu origem a uma grande reação por parte do Ocidente. A URSS não estava organizando eleições livres em nenhuma das nações sob seu domínio, como fora acordado; mas, ao reverso, consolidando sua influência através de uma ocupação de cunho colonizador e de caráter permanente. Enquanto os países europeus livres procuravam aliar-se entre si numa tentativa de conter o avanço das novas “*fronteiras soviéticas*”, os Estados Unidos preocupavam-se não só no auxílio a estes países como também em estabelecer uma “*contenção eficiente*” que tivesse dispositivos mais globais, tanto no âmbito interno como no externo, com fundamento inicial na doutrina de NICHOLAS SPYKMAN (1893-1943), que, através de sua teoria do RIMLAND (poder periférico), advogava

uma política externa intervencionista e uma estratégia ampla de contenção.

Iniciava a era de *guerra fria* e de *confrontação bipolar*. Uma intensa e implacável caça às bruxas, empreendida pelo senador JOSEPH MCCARTHY, é iniciada dentro dos EUA, procurando eliminar, do seio do governo, espiões, colaboracionistas e agentes do comunismo internacional; ao mesmo tempo que começavam a florescer as ideias de GEORGE FROST KENNAN - um diplomata e intelectual que ajudou a estabelecer a embaixada americana em Moscou, em 1933, por indicação de ROOSEVELT - e que, descrente da aliança estratégica com os soviéticos, e, ao mesmo tempo, radicalmente contrário às teses de combate militar direto com a URSS (defendida, dentre outros, pelo General GEORGE S. PATTON (1885-1945), que, às margens do Rio Elba, afirmou: “*com o 3º Exército, varreríamos o que restou dos soviéticos*”), defendia uma “*estratégia de contenção*”, através da criação de um “*muro de alianças*” ao redor da URSS com o intuito de sublevar as aspirações expansionistas da *heartland* (no contexto da doutrina eurasiática do continentalismo de HALFORD MACKINDER, que antevia a Rússia como centro do poder mundial).

“A aliança estratégica com os soviéticos levava autoridades americanas a acreditar ingenuamente numa virada de curso do regime e, quem sabe, na paz duradoura. KENNAN não se iludia. *A União Soviética jamais abandonaria o expansionismo e a inimizade com o Ocidente, na qualidade de elemento central do bolchevismo e, mais ainda, de uma profunda neurose russa (de invasões) anterior a qualquer ideologia.*

Para se fazer ouvir, em fevereiro de 1946, KENNAN quebrou o protocolo e mandou uma mensagem de mais de 8.000 palavras ao Departamento de Estado. Por meio do longo Telegrama, conseguiu chegar

a quem importava, e logo foi chamado a Washington para trabalhar diretamente sob o comando do Secretário de Estado GEORGE MARSHALL, planejando a política externa americana. Sua solução para a ameaça soviética era a ‘estratégia de contenção’ (numa adaptação revisional de SPYKMAN), termo que usou num artigo de 1947 para a revista Foreign Affairs. Consistia em ter uma presença constante, forte e inflexível no radar soviético, de modo a impedir que o comunismo expandisse seu poder. Com o tempo, dizia a teoria, a União Soviética sofreria um enfraquecimento econômico, moral e psicológico, que culminaria na implosão do sistema, exatamente o que aconteceu, ainda que muito tempo depois (46 anos) em relação às suas previsões (20 anos). No entanto, o momento em que as ideias de KENNAN foram adotadas pelo Estado americano marcou o início de seu afastamento do poder. A estratégia de contenção se consagrou através da Doutrina TRUMAN; com a diferença de incluir conflitos armados na periferia dos interesses soviéticos, algo que KENNAN sempre desejou evitar. Após desentendimentos com DEAN ACHESON, sucessor de MARSHALL, foi-lhe dado o cargo de embaixador em Moscou, mas uma declaração desastrada à imprensa fez dele persona non grata no país. Uma década mais tarde, sob a administração KENNEDY, não se saiu melhor na Jugoslávia, cuja embaixada também deixou.” (JOHN LEWIS GADDIS; *A Vida de George F. Kennan*, Globo Livros, 2015)

Em 1949, os soviéticos explodem sua bomba atômica colocando fim ao monopólio nuclear norte-americano. Embora nada ficasse provado contra o casal ROSEMBERG, levado à cadeira elétrica por crime de traição, não havia dúvida que aquela bomba não deixava de ser a “bomba dos Estados Unidos”. Era o fim da fase de monopolização (1945-1949/1950) e o início da bipolarização do poder global que viria a ser consolidada mais tarde.

Apesar da grande perda, representada pelo fim do monopólio atômico, ainda não era o tér-

mino completo da supremacia militar dos Estados Unidos. Restava, ainda, a exclusividade em relação aos sistemas de armas estratégicos, capazes de alcançar o território soviético, uma vez lançados de bases americanas na Europa ou mesmo do território continental dos EUA; também iria existir um curto privilégio no que concerne à posse da bomba de hidrogênio (bomba de fusão) que perduraria por alguns anos, considerando que a alardeada detonação da bomba-H soviética, em 1953, constituía-se, na prática, em uma bravata, considerando tratar-se de um artefato atômico reforçado, pois não chegava a atingir rendimento superior a 400Qt (a primeira bomba-H norte-americana apresentou potência de 10,4Mt).

Ainda assim, essa perda relativa da supremacia, com o início da consolidação da bipolarização (iniciada com o fim dos monopólios nuclear e, posteriormente, estratégico) viria a acirrar, ainda mais, a necessidade de um sistema de alianças para conter a agressão. Tratava-se de isolar o “grande urso” com um profilático cinturão de canhões que travasse qualquer tentativa de expansão agressiva e oportunista consoante à doutrina defendida por KENNAN que, com maestria, muito bem compreendeu a real natureza das relações entre os EUA e a URSS no pós-guerra.

Meio mundo aderiu à cruzada da liberdade preconizada por Washington, e, a partir de 1947, foram constituídas as alianças aqui destacadas.

Não obstante a criação do Pacto de Varsóvia (1955-1991) - compreendendo a URSS, Alemanha Oriental, Bulgária, Hungria, Polônia, Romênia e Tchecoslováquia, em 1957 - o sistema de alianças ocidental ficou completo, motivando os dirigentes soviéticos a reestruturar suas políticas de expansão, compelindo NIKITA KRUS-

CHEV (premier soviético de 1953 a 1964) a proclamar a possibilidade de *coexistência pacífica* e a “*evitabilidade*” do confronto bélico entre o Ocidente e o Oriente, permitindo, de acordo com a arquitetura planejada originalmente por KENNAN, a vitória do Mundo Livre sob o prisma do poder nacional de viés *econômico*, em lugar da dimensão *militar*.

“O funcionário que brande o poder disciplinador do partido comunista; o servidor da polícia secreta que sacrificou suas relações familiares aos sombrios ditames de sua profissão; (...) todos eles, e muitos outros além deles, venderam a alma à teoria de que o mundo exterior é ameaçador e hostil.” (GEORGE KENNAN; *Foreign Affairs*, 1947)

3. A crise de liderança (e de prestígio político) estadunidense

Liderança política, ao lado do desenvolvimento de uma *estratégia nacional* adequada e de uma efetiva *determinação governamental*, se afiguram, sem a menor sombra de dúvida, *elementos* fundamentais para o sustentável e contínuo desenvolvimento de qualquer *sociedade estatal* moderna.

Muito embora seja cediço reconhecer que o fator *liderança*, isoladamente considerado, não se encontra diretamente associado ao fenômeno do relativo declínio do poder perceptível de uma nação, não há qualquer divergência, entre os estudiosos do tema, no sentido de que a *manifestação de seus efeitos*, todavia, estejam umbilicalmente vinculados à relativa ausência de uma sinérgica *liderança*.

Aliás, é a própria história que se encarrega de, muito claramente, demonstrar, com maestria, a plena validade desta assertiva, posto que, em várias situações perfeitamente delineadas no espaço-tempo compreendido entre a segunda metade do século XX e os dois primeiros de-

cênios deste século, a *passividade*, aliada a uma comprometedora ausência de *firmeza de propósitos*, bem como de uma necessária *condução diligente* relativa aos rumos dos acontecimentos, nos mais variados cenários internacionais, conduziu irremediavelmente aos mais diversos *insucessos* (e até mesmo a autênticos *desastres*) nos confrontos, diretos ou indiretos, de natureza política, econômica e também bélica que a humanidade se viu obrigada a testemunhar.

A absoluta correção, bem como nítida clareza, da presente afirmativa também se demonstra pelo excessivo *prolongamento temporal* de conflitos, inclusive militares, que se estabelecem, como natural efeito consequente, da nítida ausência de *liderança política* perfeitamente observável em episódios selecionados, permitindo, destarte, a inexorável exteriorização dos indesejáveis efeitos do que convencionamos denominar de *Assimetria Reversa*, com todas as suas nefastas consequências.

Por outro prisma, necessário afirmar que *liderança* não implica em falta de *equilíbrio* e de *serenidade*; muito pelo contrário, *liderança* revela a necessária *inteligência* e *sabedoria* de se ter a plena consciência da *oportunidade* e da *conveniência* quanto ao adequado emprego eficiente dos quatro *elementos básicos do Poder Nacional* disponíveis (militar, econômico, político e psicossocial), respondendo, em cada momento, com necessária *firmeza*, aos mais diversos *desafios* na exata medida em que os mesmos se apresentam.

Nesse sentido, não faltam episódios pontuais (ou mesmo distendidos temporalmente) em que restam evidentes o nítido declínio do *poderio relativo* dos EUA por ação direta de uma observável ausência de uma consistente e firme *liderança política*.

Talvez os mais contundentes exemplos históricos de sinérgica ausência de *liderança política*

tenham sido observados nos contextos dos governos HARRY TRUMAN (1945-1952: administração presidencial em que se observou o menor índice de aprovação de um presidente em toda a história dos EUA - 22%, obrigando-o a declinar de sua indicação para um segundo mandato e na qual se inaugurou a concepção de “guerra limitada”, que não somente conduziu à ascensão chinesa no cenário internacional, como a um humilhante “*empate técnico*” no conflito coreano ao preço de 33.686 baixas norte-americanas no campo de batalha); JOHN KENNEDY / ROBERT KENNEDY / MCNAMARA (1961-1963: arquitetos da consolidação de Cuba como pólo irradiador da subversão internacional, como bem assim da própria vitória cubana na chamada “*Crise dos Mísseis de 1962*”); LYNDON B. JOHNSON / MCNAMARA (1963-1969: principal responsável pelo desastroso envolvimento americano no Vietnã e da consequente derrota naquele conflito, em 1975, durante a administração NIXON); e JIMMY CARTER [1976-1980: protagonista do momento histórico em que, - após a derrota norte-americana no Vietnã (1975); o início da insurreição na América Central (final da década de 70); a expansão soviético-cubana na África (1976-1982); a queda do Xá do Irã e a instalação do regime islâmico (1979-1980); bem como a humilhante situação dos diplomatas-reféns na Embaixada dos EUA em Teerã - a outrora imbatível superpotência estadunidense manifestou seus primeiros sinais de exaustão econômica, em relação à emergência dos chamados *Tigres Asiáticos*, em particular do Japão, e militar, em face da outrora magnitude e robustez, ainda que para alguns meramente aparente, do poderio bélico soviético].

Tal como nos dias atuais, vale mencionar que a *irreversibilidade do declínio do poderio relativo*

norte-americano era, à época, anunciada aos quatro ventos, sendo certo que, muito provavelmente tal *tendência* somente foi revertida com a “*renascença nacional*”, defendida, com notável veemência por RONALD REAGAN que, ao final de seu período governamental de 12 anos (oito anos de administração REAGAN e quatro de administração de seu vice-presidente GEORGE BUSH), simplesmente logrou exorcizar a ameaça econômica japonesa, e, especialmente, e de forma absolutamente sem precedentes, neutralizar o supostamente imbatível poder militar do adversário da Guerra Fria, com a decretação do fim da União Soviética.

Neste sentido, resta consignar que a nova ameaça à retomada da hegemonia estadunidense, bem como a pretensa e correspondente *monopolaridade*, pretensamente estabelecida desde 1991, em decorrência do *ocaso* do poderio militar soviético e da exaustão da ameaça econômica japonesa - repousa muito mais do que qualquer questão relativa a sua *economia* ou ao próprio *dinamismo de seu parque industrial*, na ressentida *ausência de líderes* capazes de conduzir o povo estadunidense à plena realização de suas aspirações fundamentais.

Trata-se, na hipótese vertente, de uma histórica falta de *líderes verdadeiros*, que não se confundem com simples *administradores nacionais*, e que não somente busquem refletir a grandeza da nação, que se forjou, ao longo de sua história, com nítidas aspirações de grandeza, reafirmando, desta feita, os grandes ideais da Declaração de Independência estadunidense de 1776, no contexto da *Revolução Americana* (a mesma que, em grande medida, foi, mais tarde, “copiada” pelos povos europeus muito mais antigos, particularmente os franceses, com sua revolução em 1789), mas, igualmente, que sejam inspiradores de uma

permanente *reinterpretação* dos valores democráticos em natural evolução.

Destarte, o que mais aflige a América é, sem dúvida, a absoluta carência de *presidentes* que se mostraram, no período em que residiram na Casa Branca, verdadeiros líderes e que, a seu tempo, lograram mudar a face do país, conduzindo (ou reconduzindo) os destinos da nação e projetando efetivamente o poder nacional estadunidense no cenário internacional. Líderes da estirpe de ABRAHAM LINCOLN (1861-1865: que se afirmou com a vitória na Guerra de Secessão e na consequente manutenção da integridade territorial dos EUA, com a abolição da escravatura e com a imposição do processo de industrialização), WOODROW WILSON (1913-1921: que logrou encerrar a Primeira Guerra Mundial com uma retumbante vitória norte-americana), FRANKLIN ROOSEVELT (1933-1945: responsável pela brilhante estratégia que não somente encerrou o ciclo de multipolaridade de poder global, com a vitória estadunidense na Segunda Guerra Mundial, mas conduziu os EUA a uma posição hegemônica no cenário internacional) e RONALD REAGAN (1981-1989: que, através de sua doutrina de *contraforça*, venceu a Guerra Fria, restabelecendo uma relativa e renovada hegemonia global estadunidense).

Não obstante seja cedo reconhecer, neste diapasão analítico, que tem sido constantemente identificado um verdadeiro *hiato* entre a incontrastável capacidade militar atual dos EUA vis-à-vis com o tímido, ainda que consistente, crescimento econômico estadunidense que, segundo os mais severos críticos, impediria os EUA de, no futuro próximo, ostentar as condições necessárias para a manutenção, no longo prazo, de seu *poder relativo*, vis-à-vis com a

alardeada, porém em forte declínio na linha do tempo, ascensão de natureza *econômica* e sutil, porém sólida e indiscutível, emergência de índole *militar* chinesa, o problema central, não obstante a constatação objetiva de ordem *econômica*, continua a ser protagonizado pela *crise de liderança*, ou seja, pela ausência de *comando político* e pela absoluta falta de uma *estratégia nacional* coerente e corajosa que, com necessária *determinação governamental*, possa conduzir (ou reconduzir) a América ao seu suposto destino de ser e continuar sendo a principal potência político-econômica e militar do planeta.

Curioso observar, neste contexto, a criticável estratégia de BARACK OBAMA, denotando a sua absoluta ausência de liderança política de, em suas palavras, “*preparar os EUA para um novo mundo multipolar*” em que a América deixará (de forma aparentemente irreversível, como também se supunha durante o governo JIMMY CARTER), de ser a potência dominante e hegemônica.

Por efeito conclusivo, tal como no passado recente, somente resta uma única alternativa viável à nação estadunidense: a conscientização do *povo americano* quanto ao seu lamentável equívoco de ter, reiteradas vezes, conduzido à Presidência da República postulantes a *líderes* (não obstante toda a sorte de “boas intenções”) reconhecidamente despreparados para a função. E, neste passo, resta fundamental aos americanos uma necessária e profunda *reflexão* para que - independentemente do comportamento, presente e futuro, do atual mandatário que ocupa a Casa Branca - urgentemente possam repensar o seu próprio destino, reafirmando a concepção originária inaugurada pelos chamados Pais Fundadores (e também dos denominados Pais Criadores, que foram responsáveis pela primeira Constituição escrita do mundo)

e, por via de consequência, a correspondente grandeza da nação norte-americana.

4. ISIS

ISIS é uma das diversas abreviações para o Estado Islâmico do Iraque (EI) e do “Levante”, que foi reforçado pela forma como se deu a ocupação norte-americana do Iraque, podendo ser encontrado também como EIL, EIS ou ISIL. Ele é composto por Jihadistas Islamitas que atuam no Oriente Médio com a pretensão de tomar o controle de áreas muçulmanas, a começar pelo Levante (Jordânia, Israel, Palestina, Líbano, Chipre e Hatay) para serem governados pelo Califa ABU BAKR AL-BAGHDADI, que se declarava a autoridade religiosa sobre todo o mundo muçulmano e morreu em julho de 2018. Este grupo passou a se intitular Estado Islâmico (EI), depois de proclamar seu califado. No entanto, não existe reconhecimento da comunidade internacional dessa proclamação, mesmo estimando-se que cerca de 30 mil muçulmanos largaram seus países em busca de viver no autointitulado EI, considerada uma organização terrorista pela maioria dos países e também pela ONU.

5. Jihadismo e Islamismo Radical

Segundo lições de MAJID KHADDURI (*War and Peace in the Law of Islam*, Johns Hopkins University, Baltimore, 1958), “*Jihad*” consiste, fundamentalmente, em um conceito da religião islâmica que significa, de forma objetiva, “*empenho*” ou “*esforço*”. Comumente é traduzida como uma forma de luta, projetada em uma vontade pessoal de se buscar e conquistar a fé perfeita. Aquele que segue a “*Jihad*” é conhecido como *Mujahid*.

Muito embora a “*Jihad*” e o seu correspondente movimento denominado por “*Jihadismo*” não

possam ser interpretados como termos sinônimos da expressão “*Islamismo Radical*”, resta indubitável que, em um sentido prático, ambas designações têm sido constantemente utilizadas como sinônimas, sobretudo para difundir *ações de terrorismo*.

No que alude especificamente o vocábulo, é importante destacar que existem duas formas de entender interpretativamente a “*Jihad*”: a primeira através da luta do indivíduo consigo mesmo, pelo domínio da alma (única concepção expressamente presente no Alcorão e também conhecida como “*Jihad Maior*”) e a segunda como um esforço que os muçulmanos fazem para levar a teoria do Islã a outras pessoas, muitas vezes de forma impositiva (“*Jihad Menor*”). Sendo assim existem o *daru-l-islam*, que seria a habitação, a busca pela fé, e o *daru-l-harb* que se trata da guerra contra os infiéis, que precisa ser tratada para a tranquilidade dos crentes. Sendo assim, a Jihad também pode ser considerada a guerra contra os que ameaçam a comunidade muçulmana, os descrentes ou os não muçulmanos. Essa ação contra os infiéis pode ser ofensiva ou defensiva, e faz parte das obrigações de um jihadista. Inclusive baseando-se nos critérios definidos por uma jurisprudência religiosa, uma tradução aproximada de Jihad poderia ser “Guerra Santa”.

Foi basicamente nos textos do século XI de AL-KHATIB AL-BAGHDADI que se procurou emprestar uma nova interpretação ao Alcorão, difundindo-se a ideia - que se consolidou em grande parte, tanto na jurisprudência *sunita*, como na doutrina *xiita* - de que a “*Jihad*” se constitui em uma luta *exterior* e de *conquista*.

Com efeito, nenhuma das quatro escolas de jurisprudência *sunitas*, nem a tradição *xiita*, se referem à “*Jihad Maior*”, sendo certo que nenhuma das

seis maiores coleções de *hadith* (SAHIH BUKHARI; SAHIH MUSLIM; DAWUD; AL-SUGHRA; TIRMIDHI E IBN MAJAH) - que se constituem nos textos mais importantes para a formação identitária e teológica do Islã - se referem, nas 200 vezes que se reportam a “*Jihad*”, à “*Jihad Maior*”, mas apenas à “*Jihad*” de luta exterior e conquista. Ou seja: dizer que a verdadeira “*Jihad*” é uma luta interior é, não só, uma posição herética face àquelas escolas ortodoxas de jurisprudência, mas ir contra as próprias palavras do profeta muçulmano MAOMÉ que, por exemplo, disse:

1. «Está escrito que AMR BIN ABASAH disse: “fui ter com MAOMÉ e perguntei: ‘Oh mensageiro de Alá, qual é a melhor jihad? MAOMÉ disse: ‘A de um homem cujo sangue é derramado e o seu cavalo é ferido’”» (Sunan Ibn Majah 2794).

2. «Está escrito segundo a autoridade de ABU HURAIRA que MAOMÉ disse: ‘Aquele que morreu mas não lutou no caminho de Alá nem expressou alguma determinação por lutar, morreu como morrem os hipócritas» (Sahih Muslim 2:4696) (cf. ALFRED MORABIA; *Le gihad dans l’Islam médiéval*, Paris: Albin Michel, 1993); NICOLA MELIS (*Trattato Sulla Guerra. “Il Kitab al-gihad di Molla Hüsvrev”*, Cagliari: Aipsa, 2002); e RUDOLPH PETERS (*Islam and Colonialism: The Doctrine of Jihad in Modern History*, Haia: Mouton, 1979).

6. Lend-Lease

Quando se iniciou oficialmente a Segunda Guerra Mundial na Europa, no dia 1º de setembro de 1939, a maior parte da população norte-americana, bem como a maioria dos integrantes do Congresso Nacional estadunidense, estavam completamente arraigados, no âmbito das relações internacionais, a uma postura de nítida

feição *isolacionista* e de completa *neutralidade* em relação a um conflito que se desenrolava no continente europeu e que, por esta razão, era considerado, restritamente, apenas como mais uma “guerra europeia”, não obstante o anterior início do expansionismo japonês sobre a Ásia, inaugurado em 1931, e fortemente ampliado a partir de 1937.

Nesse contexto, pesquisas de opinião pública, realizadas à época, indicavam que mais de 70% da população dos EUA expressavam-se de forma radicalmente contrária ao envolvimento norte-americano no conflito “europeu”.

No entanto, o então Presidente norte-americano, o democrata FRANKLIN DELANO ROOSEVELT (1933-1945), figurava, no que concerne a este tema, como uma voz isolada, ainda que de grande e reconhecida lucidez estratégica, na exata medida em que antevia, naquele conflito, de forma completamente distinta de outras importantes lideranças americanas, uma oportunidade histórica de catapultar os EUA a uma posição hegemônica global, cabendo recordar que os EUA já se constituam, desde o início do século XX, na maior potência econômica do planeta.

Ainda assim, ROOSEVELT, mesmo sendo contrário ao posicionamento que pugnava pela equidistância dos EUA em relação à guerra, e diante daquela postura radical da sociedade e de grande parte dos congressistas, não vislumbrava, de imediato, nenhuma oportunidade real e politicamente factível que possibilitasse a realização de algo de grande magnitude a fim de prover um auxílio efetivo, por parte dos EUA, aos Aliados da Europa, ainda que sem o correspondente envio (e consequente envolvimento direto) de tropas norte-americanas ao solo europeu.

Por ocasião do segundo semestre de 1940, ou seja, menos de um ano após o início da guerra, a Alemanha, de forma absolutamente surpreendente para as suas próprias lideranças e, igualmente, para o assombro da maior parte do mundo civilizado, já controlava, direta ou indiretamente, toda a parte central e ocidental do continente europeu. Nesse contexto inicial de sucesso germânico, a França, considerada, à época, a maior potência militar continental da Europa, havia sofrido uma inusitada e humilhante derrota político-militar. Por sua vez, o Reino Unido, a segunda maior potência econômica do planeta, no âmbito de seu vasto império, resistia e figurava como o último obstáculo real à implementação do nazismo alemão sobre todo o oeste europeu.

Naquela época, o primeiro ministro britânico WINSTON CHURCHILL (1940-1945) mantinha uma excelente e cordial relação com o presidente norte-americano, o que permitia ao estadista inglês lhe formular constantes pedidos de ajuda. ROOSEVELT, mais do que qualquer outro líder mundial, compreendia perfeitamente que uma eventual queda do Reino Unido para a órbita de influência alemã possibilitaria a HITLER dominar o restante da Europa, incluindo os férteis campos agrícolas ucranianos e as gigantescas extensões territoriais russas. Ademais disso, se o Reino Unido sucumbisse, a Alemanha poderia, por meio de uma provável ação coordenada com a Itália e com o Japão, estender o domínio destes países sobre o Mediterrâneo e a Ásia, respectivamente.

Nesse contexto, o presidente norte-americano encontrava-se inserido em uma posição política extremamente complexa frente à guerra, uma vez que, mesmo diante da ameaça de domínio alemão sobre o Reino Unido (e sobre o Império

Britânico de modo geral), o Congresso dos EUA havia aprovado, ainda nos anos de 1930, uma lei de *neutralidade* que expressamente vedava a comercialização de armas para nações que estivessem tecnicamente em estado de guerra, excetuando-se o caso em que houvesse pagamento *direto e à vista*.

Contudo, nesse exato momento histórico, o Reino Unido estava completamente *cercado, isolado*, sob constante risco de invasão e com sua economia sendo gradativamente destruída, quadro caótico decorrente, dentre outros fatores, de uma inteligente combinação de contínuos ataques promovidos pela *Luftwaffe* (a força aérea alemã) sobre o território britânico, associados a persistentes tentativas de bloqueio naval às suas principais ilhas componentes (Inglaterra, País de Gales e Escócia). Em tais condições fáticas, era impossível ao primeiro ministro britânico custear a compra de armamentos norte-americanos nos exatos termos da legislação vigente, exceto em prestações futuras, vale dizer, por meio de financiamento.

Foi exatamente diante dessa complexa e delicada situação que o Presidente norte-americano elaborou um inteligente *artifício legal* para fornecer suprimentos (alimentos e matérias-primas, incluindo alumínio e aço de todos os tipos), blindados, aviões, armas leves e munições, caminhões e veículos de transporte (tais como caminhões e jipes), petróleo, material de construção, entre outros diversos itens, ao Reino Unido.

Não obstante tal estratégia de ROOSEVELT, efetivamente baseada em uma criativa hermenêutica legal, ter sido amplamente rotulada, por muitos congressistas, como uma engenhosa manobra do presidente para pôr fim ao *isolacionismo* norte-americano, posição esta que, conforme restou afirmado, era amplamente apoiada pela população

estadunidense, é fato histórico que a inovadora “concepção político-jurídica” rooseveltiana logrou-se vitoriosa em seus objetivos fundamentais.

Com efeito, em 11 de março de 1941, por meio de um inteligente expediente, construído pelo brilhantismo intelectual de ROOSEVELT, era finalmente aprovada no Congresso norte-americano uma nova lei (revogadora, em parte, do antigo dispositivo legal que vedava a comercialização de armas para nações que estivessem tecnicamente em estado de guerra) que possibilitava aos EUA *emprestar* (posto que se não podia *vender* a prazo) equipamentos e suprimentos (de todas as espécies) a qualquer país, especialmente ao Reino Unido, tendo como garantia de pagamento futuro os próprios territórios (e seus direitos de exploração econômica) e bases militares britânicas no exterior.

Sempre que confrontado por jornalistas sobre o novo regramento legal editado pelo Parlamento, o presidente norte-americano, de modo extremamente perspicaz, citava uma *parábola* envolvendo o hipotético episódio de um incêndio, cuja essência abarca a seguinte ideia central: “quando a casa do seu vizinho está pegando fogo, você não *vende* a ele o balde d’água (ou a mangueira), você o *empresta* para que o fogo seja apagado o mais depressa possível”.

Assim, tendo em vista o novo quadro normativo estabelecido, ainda em março de 1941 os EUA começaram a enviar volumosas quantidades de suprimentos ao Reino Unido, remessa operacionalizada pela via naval do Oceano Atlântico, o que ensejou, no plano concreto da guerra, a clássica *Batalha do Atlântico*. Decerto que tal auxílio permitiu aos britânicos reorganizar a sua indústria, reequipar suas forças armadas e municiar

seus meios combativos, tudo de acordo com as necessidades do conflito.

Nessa época, a União Soviética ainda era considerada, pelo menos em tese, uma presumida aliada da Alemanha nazista, tendo em vista a existência de um pacto de não-agressão, celebrado em 23 de agosto de 1939, denominado de *Pacto Molotov-Ribbentrop*, em alusão aos Ministros dos Negócios Estrangeiros da URSS (VYACHESLAV MOLOTOV) e da Alemanha (JOACHIM VON RIBBENTROP), respectivamente. Entretanto, tal quadro de “aliança” começaria a mudar em junho de 1941, quando da invasão alemã ao território soviético, concretizada por meio da conhecida *Operação Barbarossa*, considerada a maior operação militar da história, evento que envolveu aproximadamente mais de três milhões de soldados alemães, húngaros, romenos e italianos, e que, segundo a historiografia, alterou radicalmente a própria concepção geopolítica da Segunda Guerra Mundial.

No que concerne aos momentos iniciais da *Barbarossa*, a investida alemã revelou-se cruel e sanguinária. De fato, em menos de seis meses do início da aludida operação, os soviéticos perderam cerca de dois milhões de homens, entre mortos, feridos e capturados. Enquanto isso, o exército alemão já havia alcançado os arredores de Moscou, além de ter incorporado, ao Terceiro Reich, grandes e importantes extensões territoriais da Ucrânia (com grande parte de seu povo envolvendo-se no conflito de forma “cooperativa”, agradecendo aos “libertadores alemães”) e da Bielorrússia.

Diante de tal cenário, a União Soviética, a par de todos os acontecimentos, aparentava que sucumbiria ao domínio nazista mesmo antes do final de 1941. Na visão dos principais líderes

aliados (ROOSEVELT e CHURCHILL), o colapso pleno (e supostamente irreversível) do regime soviético, bem como sua correspondente submissão ao Terceiro Reich, eram uma simples questão de tempo. Caso isto ocorresse, haveria a conseqüente incorporação, ao domínio germânico, das imensas extensões territoriais, indústrias e demais riquezas (incluindo inesgotáveis matérias-primas estratégicas, como o petróleo) da URSS, quadro que estaria em perfeita sintonia com os planos arquitetados por ADOLF HITLER no livro *Minha Luta (Mein Kampf)*, em idioma alemão), texto escrito em 1925, quando ele cumpria pena na prisão de Landsberg, tendo em vista sua condenação por ter liderado o fracassado *Putsch da Cervejaria* (9 de novembro de 1923), uma tentativa de golpe de estado que ocorreu em Munique, com o expressivo apoio de parcela da sociedade alemã.

Obviamente que um eventual colapso da URSS no âmbito da *Barbarossa* preocupava sobremaneira a liderança aliada. Em razão disto, os EUA, inicialmente por meio dos britânicos, começaram a enviar, sem uma estratégia mais elaborada e à margem de estudos mais aprofundados, um amplo auxílio financeiro e militar à URSS. Em 1942, a ajuda em questão passou a ser intensificada, bem como remetida de forma direta por meio de rotas especiais que passavam pelo Ártico, pelo atual Irã e pelo Oceano Pacífico. Como se vê, tais rotas não cortavam o Oceano Atlântico, evitando, pois, o risco iminente de haver algum tipo de ataque (de interdição naval) promovido pelos temíveis *U-Boots* alemães.

Nesse sentido, por meio do Ártico, os norte-americanos conseguiram enviar diretamente quase quatro milhões de toneladas de suprimentos. Da mesma forma, pelo chamado *corredor persa*, região onde se localiza o atual Irã, foram

transportados cerca de 4,2 milhões de toneladas. E, por fim, pela rota do Pacífico, os EUA encaminharam aproximadamente 8,2 milhões de toneladas.

Nesses transportes era enviada uma quantidade imensurável e variada de itens, exatamente como foi feito quando do auxílio ao Reino Unido. Em uma determinada ocasião, chegou-se mesmo a se conseguir uma inusitada e surpreendente transferência de uma fábrica (completamente equipada) de pneus, cujas instalações haviam sido construídas pela Ford.

Para se ter uma dimensão da magnitude da ajuda fornecida aos russos, cumpre registrar que, entre 1941 e 1945, os norte-americanos entregaram mais de 400.000 jipes e caminhões, 7.056 blindados (entre os quais mais de 4.000 tanques de combate M-4 Sherman), 35.000 motocicletas, 2.000 locomotivas, 14.795 aviões (dos quais 4.700 eram P-39 Airacobra), além de quatro milhões de toneladas de alimentos, notadamente carne enlatada, açúcar, sal e farinha, gêneros que eram distribuídos para as tropas que combatiam os alemães nas frentes de batalha.

Do mesmo modo, no período compreendido entre 1942 e 1945, os EUA remeteram um impressionante total de 18 milhões de toneladas de suprimentos aos soviéticos, o que se deu com o propósito de manter estas tropas em condições plenas de operação. Entretanto, no mesmo período, os Estados Unidos forneceram às suas próprias tropas, que combatiam no norte da África e na Europa, uma quantidade de suprimentos apenas ligeiramente maior do que aquela fornecida aos russos: na ordem 22 milhões de toneladas.

Nota-se, claramente, um dos primeiros *equivocos estratégicos* cometidos pelos EUA na condução da guerra, erro que se traduziu na precariamente planejada (sobretudo em seus presumíveis efeitos posteriores) e reconhecidamente

desproporcional entrega direta de equipamentos militares e auxílio econômico a um país dotado, à época, de indisfarçados interesses hegemônicos e expansionistas. Conforme restou consignado, houve, no episódio em questão, uma absurda e paradoxal proximidade entre os gastos realizados pelos norte-americanos com as suas próprias tropas em comparação com aqueles destinados aos efetivos da URSS. Não é desarrazoado afirmar que tal paradoxo constitui a principal razão que ensejou o surgimento, no cenário geopolítico do pós-guerra, de uma União Soviética extremamente robustecida (amplamente armada e equipada, registre-se) e dotada de uma capacidade de ameaçar e conquistar a Europa Oriental, permitindo, em última análise, que se originasse um novo desafio à paz mundial, com o início da chamada Guerra Fria (1947-1991).

Como se não bastasse o mencionado desacerato americano, o Reino Unido, após o período de extraordinária adversidade experimentado no início do conflito, também passou a enviar, de variadas formas, um amplo e desproporcional auxílio à União Soviética. Assim, a partir do ano de 1943, Londres encaminhou a Moscou uma enormidade de artigos, entre os quais se destacavam: uma quantidade superior a 3.000 caças Hawker Hurricane, 4.000 aviões de reconhecimento e transporte, 5.200 blindados, 4.000 caminhões, 15 milhões de botas, 1.700 motocicletas, 600 conjuntos completos de radares e sonares (incluindo, de forma indireta, a tecnologia destinada à produção de tais equipamentos), além de milhares de armas antitanques e antiaéreas.

Esses elevados quantitativos de materiais enviados pelos EUA e pelo Reino Unido à URSS refletiam, em certa medida, uma preocupação, que posteriormente se constatou exagerada (e,

sobretudo, artificialmente ampliada), por parte dos chefes de Estado daquelas nações com uma possível vitória da Alemanha nos embates travados contra os soviéticos. ROOSEVELT e CHURCHIL vislumbravam que uma eventual queda total da União Soviética diante da Alemanha nazista direcionaria o supostamente “gigantesco” poderio militar deste país (cuja dimensão, em sua essência, era superestimada) para dominar, primeiramente, o Reino Unido e, posteriormente, os Estados Unidos, o que, em verdade, nunca passou de um “cenário fantasioso”.

Ainda que muitos líderes militares dos EUA enxergassem com preocupação a magnitude do auxílio concedido, sem qualquer garantia real de *pagamento* ou *contrapartida* futura, à URSS, é fato que uma visão relativamente míope acabou por predominar em relação à presente questão, encobrendo não apenas uma inteligente manobra empregada por STALIN para, uma vez custeado pelo poderio econômico anglo-americano, compor, no futuro, uma União Soviética militar e economicamente poderosa, mas também o próprio caráter *totalitário* do regime comunista e de seus planos expansionistas, os quais, em muitos aspectos, eram *ideologicamente* (ainda que, naquele momento histórico, não *potencialmente*) mais ameaçadores para as democracias liberais (representadas pelos EUA e pelo Reino Unido) do que o próprio regime nazista.

Não obstante, e por necessária prevalência de uma “justiça histórica”, oportuno reconhecer a importante contribuição da própria determinação nacional da URSS no que se refere ao desenrolar dos acontecimentos históricos ora narrados, em especial o fato de os soldados soviéticos do Exército Vermelho terem lutado com extrema bravura, defendendo cada centímetro da União

Soviética, cujas terras, para eles, possuem natureza sagrada, afirmação amplamente comprovada por meio do grande número de soldados e civis soviéticos mortos entre 1941 e 1945. Muito embora não se disponha de dados quantitativos exatos, os números de falecidos gravitam em torno de 25 milhões, sendo certo que nenhum outro país sofreu tantas perdas humanas em uma guerra, quando cerca de 80% da população masculina nascida em 1924 morreu no conflito.

Contudo, mesmo diante de todo o esforço moral e motivacional do Exército Vermelho, é interessante consignar que a ajuda dos britânicos e dos americanos foi, em última análise, absolutamente fundamental, e reconhecidamente indispensável, para a manutenção da resistência dos soviéticos aos avanços alemães. Sem a esmagadora assistência material proveniente, em particular, dos EUA, o que incluía a reposição quase que instantânea dos equipamentos bélicos e víveres indispensáveis ao esforço de guerra, a vitória soviética (através de suas conquistas em batalhas-chaves, a partir de 1943, e as exitosas contraofensivas, a partir de 1944) sobre os alemães teria sido impossível.

Por oportuno, cumpre consignar que o Brasil também se revelou um grande beneficiado pelo *Lend-Lease*, recebendo mais suprimentos, inclusive, do que alguns países que estavam no epicentro da guerra, como a Bélgica e a Holanda, e ficando atrás somente do Reino Unido, da União Soviética, da França e da China.

O registro dos elevados aportes realizados pelos EUA nos países acima referidos evidencia a extrema importância do denominado *Lend-Lease* para o sucesso dos Aliados na Segunda Guerra Mundial. De fato, desprovidos da ajuda norte-americana, a maior potência econômica e industrial, à época, muito provavelmente teria sido inútil toda a de-

terminação da resistência britânica e, igualmente, todo o sangue derramado pelos soviéticos.

Cabe registrar, ademais, o modelo político-jurídico adotado para o funcionamento do *Lend-Lease*. Nesse sentido, a norma jurídica editada, interpretada em sua hermenêutica extensiva, simplesmente autorizava o governo norte-americano a realizar o *empréstimo* de armamentos, ou qualquer outro artigo de defesa, ou informação, que o presidente norte-americano julgasse necessário para a segurança nacional dos EUA. A regra em questão previa (ainda que, no caso soviético, sem nenhuma salvaguarda real) que os armamentos emprestados seriam devolvidos (ou seus respectivos valores pagos, em ouro e/ou outros ativos econômicos) após o término do conflito.

Entretanto, após o fim da guerra, apenas uma pequena parcela do material “emprestado” pelos EUA foi efetivamente devolvido ou ressarcido economicamente, especialmente pelos soviéticos. Muitos líderes norte-americanos, de forma pouco inteligente, já não exigiam (ou mesmo sequer desejavam) mais o retorno desses armamentos, embora devessem, por obrigação legal, cobrá-los através de contrapartidas econômico-financeiras. A propósito, existiam até mesmo alguns congressistas norte-americanos – desconhecedores dos riscos que tamanho “poder de fogo”, em mãos estrangeiras, poderiam representar, no futuro, contra a própria segurança nacional estadunidense –, que, em tom coloquial, afirmavam que “emprestar *armas* é como emprestar um *chiclete*; depois de usado você não o deseja mais”.

Com efeito, muitos armamentos (de última geração e com grande poder bélico, inclusive) permaneceram nos países destinatários, excetuando-se a devolução da maioria dos navios de guerra, o que efetivamente aconteceu. A URSS,

em particular, recebeu um total de US\$ 1.078 bilhão em equipamentos bélicos, quantia que, em valores históricos, equivale, aproximadamente, à metade de todo o custo do Projeto Manhattan, programa que conduziu os EUA ao “clube atômico”. Em contrapartida real, durante todo o conflito, a União Soviética enviou apenas algumas toneladas de minérios para o Tesouro americano, praticando, assim, uma espécie de *Lend-Lease* ao “reverso” com os EUA, estipulado, entretanto, em cerca de ínfimos US\$ 2 milhões em valores históricos.

Vale frisar, por oportuno, que o suposto restante dos débitos do *Lend-Lease* foram (*formalmente*, ainda que não *efetivamente*) quitados, por meio do pagamento final de um valor de US\$ 20 bilhões, pela Rússia, ao Clube de Paris, em 2006, quinze anos após o fim da URSS, o que significou, na prática, parcela muito pouco expressiva, particularmente em face de todos os benefícios (diretos e indiretos) que aquela nação recebeu dos EUA, inclusive com transferência de tecnologia bélica sensível.

Por outro lado, embora os britânicos também tenham pago uma reduzida parte dos bens que lhes foram enviados durante o conflito, tendo sido o restante convertido, em 1945, em um empréstimo para pagamento em parcelas e com juros baixíssimos, cuja última prestação restou adimplida já no século XXI, é fato que as transferências de todos os segredos militares ingleses (e respectivas tecnologias de ponta) para os EUA, bem como o fim do monopólio comercial com suas colônias, além do deslocamento das bases militares inglesas no hemisfério ocidental para os EUA, exigências estas incluídas nos termos da chamada “Carta do Atlântico” (1941), representaram, na prática, uma

plena e amplamente satisfatória composição do *Lend-Lease* para com os britânicos.

7. A concepção teocrática Islâmica

As regras de vida social estabelecidas por MAOMÉ, segundo a crença islâmica, teriam sido compiladas de revelações divinas recebidas pelo profeta que viriam a se tornar o livro Alcorão. Trata-se, em última análise, de um guia e objeto de estudo dos seguidores da religião islâmica (muçulmanos). Com a morte de MAOMÉ (em 632 d. C), surgiram dois grupos em discussão pela linha sucessória, que ficaram conhecidos como *xiitas* e *sunitas*. Os *xiitas*, que abrangem cerca de 15% da população de seguidores do Islã, acreditavam que apenas descendentes diretos do profeta MAOMÉ teriam a sabedoria necessária para conduzir os fiéis. Este grupo se destaca por seguir rigidamente o Alcorão e a Sharia (Código de Leis do Islamismo, profundamente baseada no Alcorão e marcado pela não existência de separação entre Estado e Religião), não se apoiando em escritos de nenhum outro livro. Os *sunitas*, que são mais de 80% da população islâmica, por sua vez, reconhecem apenas líderes eleitos pelo povo islâmico. Debruçam-se não só no Alcorão e na Sharia, como também na Suna (ou seja, explicações e interpretações das leis contidas no Alcorão; trabalhando com exemplos e aplicações práticas destas leis).

“Eles dizem viver segundo as regras estabelecidas no século XII pelo profeta Maomé.” (Visão dos Militares Norte-Americanos durante a Invasão do Iraque em 2003)

8. A visão paquistanesa da guerra ao terror

Importante consignar que um dos argumentos principais, defendidos pelo Paquistão, para

não reprimir com maior veemência (e com utilização de maior contingente militar) a *insurreição islâmica radical*, inclusive em seu território - contribuindo, desta feita, de forma muito mais decisiva, com a guerra ao terror travada no vizinho Afeganistão - repousa exatamente na suposta necessidade da manutenção de uma elevada *prontidão*, por parte das forças armadas paquistanesas, junto à fronteira com a Índia, em função da histórica (e jamais satisfatoriamente resolvida) disputa pela região da Caxemira.

Aliás, este é exatamente um dos “*gargalos*”, muito mal resolvidos, relativos à pérfida estratégia político-militar dos EUA (e da OTAN) na Guerra do Afeganistão.

Em face da inevitabilidade da exteriorização fenomenológica da *Assimetria Reversa* naquele conflito, não há, ao que tudo indica, solução viável para o satisfatório deslinde do mesmo que não passe por uma maior (e ativa) participação do exército paquistanês (este sem as inerentes limitações restritivas de emprego da força militar) no combate à insurreição afegã. Tal empreitada, cumpre destacar, entretanto, somente poderá realisticamente ocorrer, em sua indispensável plenitude, se os EUA lograrem, em conjunto com a China e a Rússia, equacionar uma solução viável para o conflito Indo-Paquistanês ou, no mínimo, forjarem, em conjunto, uma comprovada (e sustentável) garantia de segurança para o Estado Paquistanês frente a Índia (inclusive com a presença de tropas destes países estrategicamente posicionadas), ainda que os fundamentos das desconfianças paquistanesas em relação às supostas intenções hostis indianas (aos olhos dos observadores ocidentais, chineses e russos), possam ser consideradas absolutamente infundadas.

9. Assimetria reversa

Conforme reiterado em diversos artigos e obras de nossa autoria, o emprego da expressão “Guerra Assimétrica” tem sido frequentemente desvirtuado de sua correta e originária tradução, desafiando a necessária consistência epistemológica que deve moldar os termos e expressões de natureza científica, emprestando-lhes o correspondente rigor técnico.

Nesse sentido descritivo, vale mais uma vez frisar que a *assimetria* se revela não apenas como um conceito antigo, mas, sobretudo, consagrado pela doutrina militar, refletindo, sobretudo, um *desbalanceamento* de forças no campo de batalha.

Destarte, não é a *assimetria*, ao contrário do que muitos estudiosos advogam, uma *forma* ou *modalidade* de guerra que se pode simplesmente buscar ou mesmo almejar volitivamente em um contexto conflitual. Muito pelo contrário, a *assimetria* é apenas e tão somente um fenômeno inerente à natureza do conflito que se revela através do *desequilíbrio* de forças entre adversários no campo de batalha.

Na verdade, o evento que se revela relativamente novo e, de uma certa feita, inédito, responde pela expressão análoga *assimetria reversa*, consistente na busca de um sinérgica *ruptura*, particularmente no contexto da guerra irregular (porém, não inerente e exclusiva à mesma), obtida através de um efeito *contrário* (*oposto*, portanto, ao *pretendido* e/ou *previsto* pelo adversário de maior potencial) em favor do oponente de menor potencial *dissimétrico* (mormente na hipótese de confrontações *regulares*) ou *issimétrico* (preponderante nos casos de conflitos *irregulares*), através do emprego de meios notadamente *ortodoxos* na primeira variante e *heterodoxos* na segunda, e, sobretudo, da ampla exploração, em ambas situações, quanto às limitações do uso da capacidade militar (e econômica) superior do adversário assimétrico. 